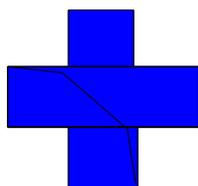




**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

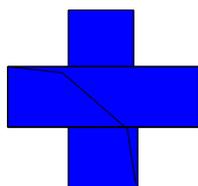
1 *Ao quarto dia do mês de Novembro de 2009*, às quatorze horas e trinta minutos, deu início à  
2 ducentésima vigésima quinta reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a  
3 **reunião ordinária**. A Sessão foi presidida pelo **Presidente do Conselho Estadual de Saúde,**  
4 **Augustinho Moro. (Augustinho Moro)** - Dar início a nossa reunião de hoje, pediria a todos que  
5 tomassem seus assentos, seus lugares. Queria dar as boas vindas a todos, cumprimentar aqui o  
6 pessoal do SINDIFARMA, SINCOFARMA sejam bem vindos, os técnicos da secretaria, também  
7 aqui os alunos da Informática, Enfermagem, desculpa, da Enfermagem também que nos prestigiam  
8 aqui hoje e a ANFERMAG muito bem, Conselho Regional de Enfermagem, então tá cheio de  
9 entidades prestigiando aqui hoje, sejam todos bem vindos e vamos dar início a nossa reunião. Antes  
10 de falar, botar em votação aqui a ata da reunião do mês de junho eu vou passar pra Ana pra ela fazer  
11 um esclarecimento em relação à ata aqui que ela pediu que ela precisa fazer um esclarecimento aí a  
12 gente retoma aqui. **(Secretaria executiva Ana Boabaid)** - Boa tarde a todos eu queria colocar pra  
13 vocês que desde o início nós tivemos dificuldade com a questão da ata, da transcrição da ata e essa  
14 foi a primeira transcrição que foi terceirizada, então a gente quer que vocês dêem uma olhada como o  
15 tempo aqui é curto que pudesse a gente criar uma metodologia que fosse lá para o Conselho que eu  
16 lendo vi várias falhas nessa ata inclusive a questão da gravação nossa que é muito falha, eu já pedi  
17 pra empresa que colocasse dois gravadores porque pula fala e coloquei essa questão de um cd pra  
18 outro pula-se um tempo e a questão também de quando o Conselheiro vai falar também ele não se  
19 coloca, não se posiciona quem é a instituição também fica difícil. Então eu acho que hoje vai ser bem  
20 difícil pra deliberar essa ata com tanto de falha que ela tem e colocar pra vocês que nós estamos  
21 puxando pra fazer, Dr. Augustinho vai falar de uma reunião extraordinária, eu já to querendo pegar  
22 carona nessa reunião dele pra deliberar todas essas atas pra gente fechar todas tá. **(Augustinho**  
23 **Moro)** - Bem então eu não sei algum dos conselheiros, alguém, algum conselheiro fez leitura tal se  
24 quer fazer algum comentário sobre isso só pra gente não se alongar porque se não der pra gente  
25 deliberar hoje a gente já passa pra pauta e deixa isso então pra próxima. **(Conselheira Alzita)** - Boa  
26 tarde a todos. Conselheira Alzita do SISMA, realmente eu li, a gente viu que tá pecando bastante, eu  
27 da minha parte eu gostaria que não fosse aprovada hoje e sim pegar carona como a Ana falou na  
28 reunião extraordinária. **(Augustinho Moro)** - Ok. Conselheira Clélia. **(Conselheira Clélia)** - Boa  
29 tarde a todos e a todas. É Clélia Neon é eu gostaria independente de ser aprovada ou não já até de  
30 colocar aqui que na página três na linha 111 a Edna está como conselheira e ela é ouvidora e aqui no  
31 final gostaria que incluísse o meu nome porque eu estive presente na reunião e também o nome da  
32 Maria Luiza Ortiz, ela não está presente e está faltando. **(Augustinho Moro)** - Ok. Conselheira Leila.  
33 **(Conselheira Leila)** - A gente gostaria também de sugerir que nós temos alguma prática em  
34 condução de colegiado, a ata é um documento que dirime qualquer dúvida do que foi tratado na  
35 reunião. Então a gente no CGR da Baixada Cuiabana, no Colegiado Gestão Regional da Baixada  
36 Cuiabana, a gente manda por e-mail para todos os gestores e eles já interagem com a secretaria  
37 executiva pra estar assim organizando melhor as falhas e quando chega aqui no pleno ela já tá bem  
38 assim corrigida e facilita de uma forma muito grande, eu acho que seria interessante a gente tá vendo,  
39 encaminhando dessa forma apenas como sugestão. **(Augustinho Moro)** - Ok. O CONAS também  
40 adota essa metodologia, encaminha pra nós via email, você dá uma olhada, então eu acho que aqui  
41 até pra gente não nos alongarmos já ficou claro que não daria pra gente colocar em aprovação dessa  
42 forma e aí a secretaria executiva daria uma lapidada digamos assim, não sei se o Carlinhos quer falar,  
43 daria uma lapidada e a gente traria na próxima reunião já que tá atrasado mesmo porque a ata na  
44 verdade é o seguinte, ela é o documento que reflete exatamente o que acontece aqui. E nós tivemos  
45 exemplos claros recentemente de reuniões que criou-se problemas e tal porque nós não tínhamos  
46 efetivamente registrado aquilo que ocorreu lá atrás no momento, então a gente precisa fazer com que  
47 a ata seja exatamente o espelho do que acontece aqui pra que quando precisar buscar uma ata ela seja





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

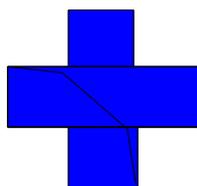
48 um documento do conselho, a história do conselho. (**Carlos Alberto Eilert**) - É isso aqui já é objeto  
49 essa solicitação de muitos anos eu já estou há três salvo melhor juízo desde quando aqui eu entrei eu  
50 já solicitei que a ata fosse repassada por email porque até os assuntos que virão dá até pra diminuir a  
51 quantidade de cópias e tal poderia ser passado por email e a gente estaria fazendo uma prévia leitura  
52 pra podermos comprimir a nossa. (**Conselheira Lilia**) - Boa tarde a todos e a todas, Conselheira  
53 Lilian representante da AMDE. Eu gostaria de colocar essa questão de ordem porque nem todo  
54 mundo tem como acessar, a gente infelizmente apesar da tecnologia avançada que temos hoje a gente  
55 não tem como estar acessando as informações via email e se for somente via e-mail a gente vai ficar  
56 como se diz de lado, a gente vai acabar não tendo as informações, por exemplo a gente não teve  
57 acesso a alguns tipos de informações porque eu não to tendo como acessar, hoje eu to sem  
58 computador e se eu for ter que acessar lá na secretaria eu vou ter que disponibilizar meu tempo  
59 todinho pra secretaria no Conselho e não é assim que funciona então a gente gostaria que fosse  
60 também de outras formas de meios de comunicação. (**Augustinho Moro**) - Ok. Então só pra finalizar  
61 e darmos continuidade então eu acho que é assim quem tem e-mail disponibiliza, passa, mas quem  
62 não tem condições se manifesta na secretaria executiva e disponibiliza via impresso pra que possa  
63 também ter a mesma acessibilidade. (**Conselheiro Ângelo**) - Senhor presidente. Esse problema de ata  
64 realmente é um problema sério porque veja bem se, se coloca um assunto a ser discutido obviamente  
65 vão ter várias opiniões, agora se um assunto tem cinco ou seis opiniões ou dez opiniões e vai ser  
66 transcrito todas essas lpsis litteris eu no meu entender eu acho que tem que ser, tudo bem fica  
67 gravado lá, mas a ata é assunto tal, foi discutido por várias pessoas pode até citar o nome porém não  
68 precisa colocar o que ela falou porque tem gente que fala rápido, tem gente que demora pra falar,  
69 olha esta ata aqui tem dezesseis páginas senhor secretário quer dizer não é possível, então no meu  
70 entender é o seguinte, tal assunto foi discutido e foi votado da seguinte maneira tantos votos a favor,  
71 tantos contrários e tantas abstenções. Quer dizer então com isso obviamente ficaria gravado se  
72 alguém tiver alguma dúvida, porque pra nós o que é mais importante é o que foi aprovado e não o  
73 que foi discutido. Discute, se discute, cada um tem uma opinião, agora se for colocar isso aqui, cada  
74 ata desta são dezesseis a vinte páginas, eu vou dizer uma coisa tem computador que não vai  
75 conseguir receber vinte páginas, ainda tem mais essa. Presidente: **Conselheira Alzita** rapidamente.  
76 (**Conselheira Alzita**) - Não, é só pra esclarecer um pouquinho, porque quando uma empresa é  
77 inclusive eu tinha conversado com a Ana, quando uma empresa pega pra transcrever uma reunião ou  
78 algumas das reuniões elas transcrevem timentim por timentim mesmo, aí isso é a transcrição, agora a  
79 secretaria executiva pode delegar alguém ou ela própria partir pra parte técnica, colocar a ata na parte  
80 técnica como o Ângelo falou porque nós vimos aqui na ata tem coisas não relevantes vamos dizer  
81 assim. (**Augustinho Moro**) - Vamos fazer o seguinte, sugestão, eu concordo com o Dr. Ângelo ela  
82 pode estar transcrita pra ficar como documento arquivado e também gravado, mas que aí pra trazer  
83 aqui, a mesa diretora vamos marcar uma reunião pra gente definir um critério técnico pra gente poder  
84 a partir daí fazer, ok. Eu vou passar aqui então pra nossa secretária executiva pra fazer os informes  
85 que temos aqui. (**Secretária Executiva Ana Boabaid**) - Além dos informes nós temos aqui um  
86 informe aqui que foi pedido a inclusão que é sobre o RH da conselheira Alzita já é continuidade da  
87 reunião anterior. (**Conselheira Alzita**) - É nas reuniões anteriores nós despachamos alguns processos  
88 de servidores da FUNASA, sentença da FUNASA pra secretaria e vice e versa e de um deles não  
89 sendo da FUNASA da senhora Ericélia Aparecida Alvarenga, ela é do Ministério da Saúde, então ela  
90 pediu pra vir para secretaria como auxiliar de enfermagem, em contrapartida nós tivemos também um  
91 servidor lá do CIAPS Adauto Botelho que era auxiliar de enfermagem, então a diretora falou assim  
92 olha eu só libero o servidor se vier a servidora. Como a servidora é do Ministério o Dr. Augustinho  
93 quando secretário solicitou ao Ministério a liberação da servidora e a servidora veio como auxiliar de  
94 enfermagem e aí o senhor Carlos Pereira Martins que pediu para ir pra Secretaria Municipal de Alto





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

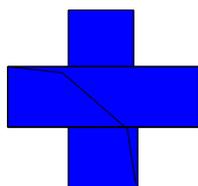
95 Paraguai foi liberado pela diretora também. Eu vou ler só a conclusão que diz o seguinte: A  
96 Comissão de RH e Recursos Humanos da Saúde do Trabalhador é de parecer favorável a sessão do  
97 servidor Carlos Pereira Martins com ônus para o órgão de origem por cumprir todos os tramites e  
98 requisitos legais. Recomenda ainda a Superintendência de Gestão de Pessoas da CES/MT publicizar  
99 a cedência do servidor em questão regularizando assim sua vida funcional. Isso quer dizer o que, ele  
100 já se encontra na Secretaria Municipal de Alto Paraguai, trabalhando no pronto atendimento, mas a  
101 vida dele ainda não está publicizada, então a gente recomenda isso a Gestão de Pessoas. (**Secretaria**  
102 **Executiva Ana Boabaid**) - Dando continuidade nós temos um informe sobre a audiência pública de  
103 cardiologia da conselheira Clélia. (**Conselheira Clélia**) - É Dr. Augustinho, o senhor dá risada agora  
104 !?". É só pra gente informar que foi deliberada no pleno que nós faríamos uma resolução  
105 recomendatória para a Assembléia Legislativa solicitando uma audiência pública em cardiologia, mas  
106 houve uma decisão por parte do Secretário de Saúde para que fosse somente solicitada através de  
107 ofício, via ofício, então assim só pra gente deixar claro se isso daqui é legal porque foi deliberado  
108 aqui no pleno então eu acho que a gente poderia, o Dr. Augustinho poderia estar fazendo uma  
109 explicação aqui pra gente. (**Dr. Augustinho**): Eu coloquei o seguinte, que eu entendo que, se eu  
110 estiver errado também logicamente a gente tem que corrigir. Mas não é porque deliberou no pleno  
111 que precisa fazer uma resolução deliberou tem que pedir pra convocar uma audiência pública então  
112 formaliza, a exemplo já aproveitando o embalo aqui, comunicar a todos que ontem eu estive na  
113 Assembléia e a audiência pública que não foi realizada esse ano ainda, já estamos tentando lá  
114 realizar, apresentar o relatório de gestão, tinha ficado marcada pra hoje às 14 horas, eu consegui  
115 remarcar ela pra quarta feira que vem, dia onze, às 14 horas, então já comunicando senhores  
116 conselheiros que a audiência pública da apresentação de relatório de gestão na Assembléia  
117 Legislativa ficou pra semana que vem. Então só pra esclarecer a conselheira Clélia que eu entendo  
118 desta forma, mas se não for assim tem a nossa assessora jurídica pra dizer se tem que baixar a  
119 resolução, mas eu entendo que não há necessidade de baixar uma resolução só porque foi deliberado,  
120 mas que se formalize porque senão resolução tem que mandar pro governador assinar, tem todo um  
121 tramite que eu acho que é muito burocrático, que a gente pode agilizar isso, só nesse sentido aí. (Ana  
122 Maria Boabaid) - Olha eu queria só que as pessoas se identificassem quando fossem falar. Bom,  
123 dando continuidade comissão organizadora da Sexta Plenária de Conselheiros de Saúde de Mato  
124 Grosso. Conselheiro Edvande. (**Conselheiro Edvande**) - Boa tarde a todos, boa tarde presidente, nós  
125 estivemos reunidos ontem, Edvande Pinto de França, usuário, representante do movimento negro,  
126 ontem a comissão deu quórum e a gente conseguimos fechar a parte de estrutura que vai ser utilizada  
127 na plenária e também hoje a gente conseguiu colocar lá no correio, lá na secretaria pra encaminhar os  
128 cartazes. Tá bastante atrasado e a gente tem enviado para os conselhos municipais de saúde, já foi o  
129 quarto ofício e a gente tem poucas respostas e a gente tem monitoramentos nos municípios e chega  
130 lá a maioria dos conselheiros não sabem. Então com isso a gente tem uma baixa inscrição, até hoje  
131 tem noventa e um conselheiros inscritos inclusive a gente tava até solicitando com o Capistrano mais  
132 duas linhas telefônicas lá no conselho até o dia dezenove, dia vinte, pra gente estar mobilizando esses  
133 municípios não só por causa do..., mas principalmente pela caravana em defesa do SUS que será no  
134 dia vinte. E por falar no dia vinte nós já estamos no mês de novembro que é o mês que se comemora  
135 a Consciência Negra que é o dia de Zumbi que é realmente no dia vinte de novembro. Eu quero  
136 agradecer o secretário Dr. Augustinho Moura pelo apoio aos cartazes, que nos apoiou, que é o dia  
137 vinte e sete de outubro que é o dia de mobilização pró saúde da população negra e ele nos apoiou  
138 com esses cartazes e nós já enviamos pro interior e foi de grande valia e muito importante. E o  
139 informe é mais ou menos isso, nós já estamos intensificando a partir de amanhã esses municípios  
140 para confirmar presença ou não. Obrigado. (**Secretaria Executiva Ana Boabaid**) - Bom parecer  
141 jurídico da reivindicação da vaga para o assento dos representantes da Associação dos Aposentados





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

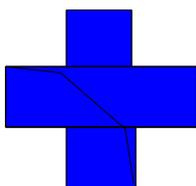
142 do Estado de Mato Grosso, o segmento de usuário feito pela fundação Bom Jesus de Cuiabá.  
143 **(Conselheira Lilia)** - Em questão de esclarecimento, houve um pedido de vaga dessa associação, da  
144 fundação e a secretaria executiva passou pra assessoria jurídica pra fazer um parecer, mas a gente  
145 tinha conversado que ia ficar com a Comissão de Ética e como coordenadora não houve tempo hábil  
146 por questão de saúde de conselheiros e questões particulares a gente não conseguiu se reunir pra estar  
147 sentando e discutindo sobre esse assunto. Aí assessora jurídica juntamente com a secretaria executiva  
148 fizeram um documento com a qual ela trás esse pleno. **(Rosane Itacaramby)** Esse pedido dessa  
149 fundação, explicar primeiro que ela é filantrópica e a filantropia entra na parte de gestão e a  
150 associação de aposentados é usuária, então resumindo não tem como essa fundação pleitear vaga no  
151 assento de usuário. **(Conselheiro Carlos Eilert)** - Eu quero colocar o seguinte eu estive numa  
152 reunião agora em Brasília com o movimento social dos aposentados do Brasil e solicitei qual era a  
153 associação de aposentados que poderia estar presente aqui enquanto usuário. E eles indicaram a  
154 Associação da Fazenda, dos fiscais da Fazenda, tem uma associação interna lá dentro de aposentados  
155 dos fiscais da Fazenda do estado de Mato Grosso e eles ficaram de entrar em contato pra ver se  
156 realmente o pessoal tem interesse de vir para o conselho ou não. Tá só pra fazer essa colocação  
157 porque eu fui numa reunião e eles estavam lá presentes é o movimento social dos aposentados então a  
158 gente fazer esse contato pra ver se eles querem vir pra cá ou não. **(Ana Maria boabaid)** - Parecer  
159 jurídico de liberação da reunião ordinária sobre a associação de proteção das vítimas de acidentes de  
160 trabalho e trânsito. **(Assessora Jurídica Rosane Costa Itacaramby)** - Bom, pelo que me recordo a  
161 decisão do pleno foi de fazer uma resolução cumprindo a notificação recomendatória o que foi feito e  
162 a defesa isso também está sendo feito eu não me recordo de pedido de parecer jurídico. **(Augustinho**  
163 **Moro)** - Bem então o encaminhamento foi feito a resolução eu lembro que foi assinado, deve ter sido  
164 publicado, foi feito cumprimos com a resolução do pleno e você tá colocando que está sendo feita a  
165 defesa, aquilo que nós combinamos que ficou ajustado. É só mais um título de informação acredito  
166 pra ver como está o andamento. **(Assessora Jurídica Rosane Costa Itacaramby)** - Com relação à  
167 defesa eu já pedi cópia para Ministério Público e eles estão me fornecendo essa cópia. **(João**  
168 **Dourado)** - Boa tarde conselheiros e conselheiras e demais presentes, João Dourado representando  
169 aqui a CUT. Eu só queria fazer um destaque no parecer jurídico da entidade Fundação Bom Jesus que  
170 tem um parecer que eu acho que deveria colocar em deliberação se o conselho acata ou não o parecer  
171 jurídico que aí já fica superada essa questão. Veja bem, a comissão de ética não teve tempo, mas o  
172 conselho pode aqui deliberar se encaminha pra comissão de ética ou se ele mesmo já delibera de vez.  
173 Eu acho que já pode o conselho já tem justificativa suficiente para acatar ou não o parecer jurídico da  
174 assessora. **(Augustinho Moro)** - Ok, aqui tá colocado como informe, não tem nenhuma deliberação  
175 mas no encaminhamento do conselheiro João Dourado pra finalizar o procedimento quer dizer o  
176 parecer jurídico aqui como eu entendi ele é um parecer jurídico contrário, quer dizer, não se enquadra  
177 dentro dos critérios é isso e aí logicamente teria que dar resposta para a entidade informando que não  
178 se enquadra e que será convidada outra entidade conforme o conselheiro Carlinhos colocou. Então na  
179 verdade eu coloco para apreciação e deliberação do pleno o parecer jurídico aonde aponta que a  
180 entidade não se enquadra dentro dos critérios. Os conselheiros que concordam com o parecer jurídico  
181 permaneçam como estão... Bom ela resumiu e deu a entender que o parecer é contrário, não se  
182 enquadra, acho que não tem porque a gente ficar lendo aqui o parecer todo, porque pra entrar nos  
183 meandros jurídicos, eu não consigo entender, nós estaríamos apenas ouvindo detalhes jurídicos ...Ok,  
184 mas olha gente pra não discutirmos leia o último parágrafo da sua conclusão do parecer e pronto, ok.  
185 Por favor. **(Assessora Jurídica Rosane Costa Itacaramby)** - Então a conclusão. Pelo exposto diante  
186 dos fundamentos supra citados com base nos princípios que regem a administração pública em  
187 especial o da legalidade sendo eles sinônimo de interesse público, opina-se que não cabe a indicação  
188 de um representante da Fundação Abrigo do Bom Jesus uma vez que essa entidade não possui vaga





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

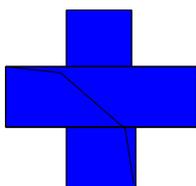
189 nesse egrégio conselho estadual de saúde. É o parecer e submeto a apreciação superior. (**Augustinho**  
190 **Moro**) - Ok, então está claro o parecer é contrário porque não se enquadra. Conselheiro Carlos Eilert:  
191 cabe ou não cabe porque senão a palavra opina-se, salvo melhor juízo, a palavra opina-se não diz sim  
192 ou não, não é taxativo e aí vai ficar com dupla interpretação. É isso que eu quero dizer. Opina-se, ela  
193 enquanto assessora está dizendo opina-se e aí nós vamos decidir se cabe ou não a opinião emanada  
194 pela nossa assessora jurídica, é isso que eu quero deixar bem esclarecido pro pessoal que vai votar.  
195 (**Assessora Jurídica**) - Conselheiro o senhor falou que eu coloquei que não opina, eu coloquei opina-  
196 se que não cabe. (**Augustinho Moro**) - Só não vamos discutir, o conselheiro tá colocando que a  
197 palavra opina fica optativa então conclui-se que não, mas aqui nessa questão, acho que está claro que  
198 pra todos nós que não cabe, que não enquadra. Então depois juridicamente ela analisa aí qual a  
199 melhor palavra. Colocaria novamente em votação o parecer da área jurídica, os conselheiros que  
200 concordam com o parecer permaneçam como estão, os que não concordam se manifestem,  
201 abstenções. Quatro abstenções. Eu esqueci de anunciar quantos votaram favoráveis. Vinte e um  
202 favoráveis e quatro abstenções, ok. E nenhum voto contra. (**Secretaria Executiva Ana Boabaid**) -  
203 Nós vamos agora pra primeira, ah tá, tem o ato governamental da secretária geral do conselho  
204 estadual de saúde... Uns dizem que publicou seu Mário não encontrou, então nós estamos sem saber,  
205 tá. Primeira conferência... (**Augustinho Moro**) - Só pra... se publicou ou não eu até cheguei aqui a  
206 comunicar a publicação. É eu liguei aquele dia, na semana passada pro Dr. Dorgival, ele tinha me  
207 dito que estava tudo certo. Eu recebi um documento lá pedindo uma cópia de uma ata de novo, mas  
208 que eu entendi que não tinha problema nenhum. Vou novamente ligar pra ele porque ele me garantiu  
209 e tava aqui a mesa diretora presente que estava tudo ok e que saiu o ato publicado. Inclusive ele deve  
210 ser retroativo do momento que foi feito a nomeação. (**Secretaria Executiva Ana**) - Já pensou  
211 trabalhar cinco meses sem receber doutor? Realmente chegou um documento que está sendo  
212 encaminhado pra Comissão de Ética que é em relação a questão do nepotismo. A primeira  
213 conferência para fortalecimento dos colegiados da gestão regional do estado de Mato Grosso no  
214 período de quatro a seis de novembro de 2009. Esse é um convite que está sendo feito a todos os  
215 conselheiros. Muito interessante. (**Conselheiro Antônio Cordeiro**) - Um esclarecimento, por favor,  
216 aqui Antônio Cordeiro. Na minha interpretação será que nós não pulamos a 3.4? Que nós fizemos a  
217 votação do Abrigo Bom Jesus não foi? (**Augustinho Moro**) - O conselheiro Antônio tem razão no  
218 que ele está colocando, é que na verdade o 3.4 não tem parecer jurídico pra ser votado, foi mais a  
219 título de informe pra saber como está andando o processo. (**Conselheiro Antônio Cordeiro**) -  
220 Obrigado. (**Augustinho Moro**) - Só aproveitando aqui que a conselheira fez o convite aqui do  
221 colegiado de gestão regional, o evento está acontecendo hoje, amanhã e sexta-feira no Centro de  
222 Eventos Pantanal. Teve abertura pela parte da manhã, inclusive nós temos três ou quatro Estados da  
223 Amazônia Legal participando, é uma troca de experiências que nós estamos fazendo. O Estado de  
224 Mato Grosso é um dos estados que está na Amazônia Legal mais avançado na questão do colegiado  
225 de gestão regional até porque já era CIB desde 1996 só com o advento do pacto se transformou e  
226 estão sendo trocadas experiências com gestores municipais, com os escritórios, com os técnicos de  
227 outros estados, então os conselheiros que puderem também participar de alguma palestra lá é  
228 importante. Eu inclusive já comuniquei o Carlinhos que quatro e meia, quinze pras cinco eu preciso  
229 sair porque as cinco, cinco e meia eu tenho uma fala lá e eu preciso então estar me deslocando lá pro  
230 evento, ok. (**Secretaria Executiva Ana**) - Bom, nós temos aqui finalizando a auditoria do  
231 DENASUS Cuiabá. Conselheiro Carlinhos. (**Conselheiro Carlinhos**) - Boa tarde a todos(as),  
232 conselheiro Carlos Eilert, representante dos trabalhadores da saúde e educação física. Bom nós  
233 estamos aqui com o relatório do DENASUS da auditoria na Secretaria Municipal de Saúde Fundação  
234 de Saúde de Cuiabá no período de dezesseis a vinte de março de 2009. E no relatório constatou-se  
235 nos recursos financeiros a contratação de uma empresa de assessoria e consultoria empresarial e o





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

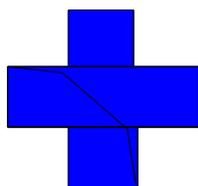
236 valor pago a empresa foi de trezentos e trinta cinco mil reais, novecentos e quarenta e sete reais,  
237 desculpa. Contrariando a portaria gabinete ministerial Ministério da Saúde 648/2006, há denúncia de  
238 irregularidade na contratação de serviços. E aí a recomendação vem da auditoria. Acatado, não. A  
239 Secretaria Municipal de Saúde deverá efetuar processo licitatório em conformidade com a lei 8666 e  
240 suas alterações, recomendação ao Fundo Nacional de Saúde para adotar os procedimentos visando à  
241 restituição do valor da proposição de ressarcimento do montante de trezentos e trinta e cinco mil,  
242 novecentos e quarenta e sete reais devidamente atualizados monetariamente. Destinatários Luiz  
243 Antônio Vitória Soares, Hólete Benedito Ventura e Guilherme Antônio Maluf. Aí vem todo o  
244 relatório e esse é o relatório da situação que veio parar aqui na auditoria dizendo que tem que ser  
245 informado e a minha proposta é que esse conselho saia daqui com a resolução ao Fundo Nacional de  
246 Saúde para as devidas providências já que foi apresentado aqui e que esse ressarcimento seja feito  
247 aos cofres públicos do Ministério da Saúde. (**Augustinho Moro**) - Na verdade ele tá vindo aqui pro  
248 conselho para conhecimento, para que o conselho tenha conhecimento e tal esse processo ele também  
249 esteve na Auditoria Geral do Estado e também está endereçado a Secretaria Municipal de Saúde  
250 consequentemente acredito que eles tenham encaminhado ao Conselho Municipal também. Como  
251 veio até nós como diz o outro nós estamos publicizando aqui pro conselho também porque é  
252 importante saber dos encaminhamentos do DENASUS. (**Secretaria Executiva Ana Boabaid**) - Só  
253 pra encerrar aqui Dr. Augustinho nós recebemos aqui o cartão dos conselheiros vamos passar  
254 simbolicamente aqui pro senhor e vai estar a disposição dos conselheiros na secretaria executiva.  
255 (**Augustinho Moro**) - Então ir na secretaria executiva retirar os cartões de identificação, cartão de  
256 visita . Ok, é nós vamos entrar num pedido relevante e aí eu preciso trazer ao senhores ao  
257 conhecimento uma situação que está acontecendo, está se agravando em relação a questão da saúde  
258 pública e gostaria até de ao final ter um encaminhamento em relação a isso pra que depois a gente  
259 possa marcar uma reunião extraordinária foi isso que a conselheira secretária colocou, precisaríamos  
260 de uma reunião extraordinária pra tratar desse assunto. Já há algum tempo toda a situação, nós já  
261 tratamos aqui com os prestadores de serviço, a questão da dificuldade de contratualizar com os  
262 municípios, rever as contratualizações. Esse assunto ele está na verdade agravando dia-a-dia . A  
263 gente tem percebido a situação não está conseguindo sair digamos, ter um encaminhamento positivo,  
264 em relação a greve em si e atendimento dos pacientes do SAMU uma alternativa, uma solução  
265 paleativa que é o HGU atender de forma excepcional os pacientes com necessidades de cirurgia mas  
266 isso tudo é paleativo realmente não resolve o problema mas ajuda principalmente no feriadão aí foi  
267 um pouco mais tranquilo porque nos últimos finais de semana o telefone é vinte e quatro horas no ar,  
268 o meu, do Victor, de todo mundo de regulação, do SAMU, não tem mais condições, ninguém mais  
269 agüenta a pressão, então é realmente uma situação bem complicada. Final de semana já com a  
270 questão do HGU ter entrado aí na parceria deu uma boa aliviada, eu recebi poucas ligações. Mas tem  
271 uma situação nova acontecendo que há alguns dias já o HGU vinha manifestando essa situação de  
272 forma verbal mais que formalizou a mim, a Secretaria Estadual de Saúde, a Assembléia Legislativa, a  
273 Gestão Municipal, ao Governo do Estado que senão houver uma revisão efetiva da questão da  
274 contratualização provavelmente dentro de seis meses, estendendo até seis meses mas ontem colocado  
275 que pode isso ser até antes poderá vir a fechar as portas porque não consegue mais arcar com os  
276 déficits que acontecem no dia-a-dia. Aí ontem eu fui convocado na Assembléia Legislativa pelo  
277 Presidente e Deputado Riva que seria uma reunião com a Comissão de Saúde da Assembléia, mas  
278 chegando lá na verdade tinha a reunião do colegiado de líderes e que foi até melhor porque tinha em  
279 torno de vinte deputados, inclusive estava também o representante do HGU nessa reunião aonde a gente  
280 expôs a situação e que alternativas que nós temos seria a ter uma intervenção do Estado nesse  
281 sentido. O Hospital Geral Universitário logicamente todo mundo sabe e se alguém não tem essa  
282 informação a gente compartilha aqui, ele é a referência estadual em alta complexidade, então o HGU





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

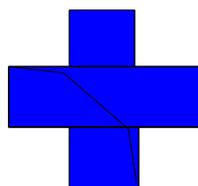
283 é o centro de referência estadual em ortopedia, neurologia, cardiologia, cirurgia bariátrica, lábio  
284 palatal, transplante e que não tem como a gente ficar de braços cruzados nessa situação. Então a  
285 alternativa que tem eu estarei com a equipe do Paulo já há alguns dias atrás e esse trabalho está  
286 praticamente pronto e com alguns ajustes na secretaria, com um esforço da equipe lá, um esforço  
287 extra teria condições do Estado buscar assumir a contratualização pelo menos até que se haja uma  
288 outra alternativa. Então ontem eu fui na Assembléia, expus a situação e me foi questionado também e  
289 o Júlio Muller e a Santa Casa e o Hospital do Câncer que também são os outros prestadores. Só que é  
290 o que eu to colocando o HGU ele é centro de referência estadual, os outros são unidades assistenciais  
291 é isso Paulo me corrige aí no palavreado. É a referência para o município e que oferta também  
292 referência para outros municípios, mas através do município propriamente, não que o HGU não seja  
293 assim, mas aí é aquela situação, nós vamos esperar mais a coisa acontecer lá na frente e piorar, mas  
294 do que está ou nós vamos tomar uma medida. Então ontem na Assembléia Legislativa ficou colocado  
295 que teria todo o apoio político por parte dos parlamentares para que o Estado analise fortemente e  
296 rapidamente a questão de estar assumindo a gestão do HGU e também num segundo momento possa  
297 estar estudando então se o município não conseguir achar uma outra alternativa possamos então estar  
298 discutindo também outras unidades, de repente o Julio Muller que também é um Hospital  
299 Universitário, a Santa Casa mas num segundo momento porque também pra assumir nós não temos  
300 perna então não adianta também querer uma situação que está ruim nós queremos abraçar tudo de  
301 uma vez só vai ficar pior do que está até porque o Estado hoje não está preparado para assumir tudo  
302 isso porque lá atrás em 1996 quando o município de Cuiabá assumiu a gestão plena ele se organizou  
303 nesse sentido e o Estado só assumiu a gestão plena em 2001 então o município tem muito mais know  
304 hall nisso do que o Estado. Então a gente precisa conversar sobre isso logicamente precisa que o  
305 conselho nos dê uma diretriz nesse sentido, se a gente caminha nesse rumo, preciso sentar com a  
306 CIB, conversar com a CIB, sentar com o COSEMS, sentar com o gestor municipal que inclusive eu  
307 vou estar formalizando entre hoje e amanhã com o gestor municipal também pedindo um  
308 posicionamento claro se o município vai conseguir dar essa contornada ou então se o estado pode  
309 avançar nesse sentido porque a situação tá começando a se complicar dia a dia e eu acho que nós  
310 temos um exemplo claro também da questão da cardiologia. Nós assumimos, pactuamos em CIB que  
311 o Estado assumiria a demanda reprimida que gera em torno de 600, 700 Paulo, 600 procedimentos de  
312 cateterismo, cirurgias cardíacas e que o município continuaria a dar vazão ao dia-a-dia. Mas as  
313 informações que nós temos é que apenas estão sendo feitos aquilo que foi pactuado na CIB e que já  
314 tem outra fila quase do mesmo tamanho e que a coisa tá parada. Então eu estou sendo cobrado  
315 logicamente pela classe política, pelo governo do Estado, pelos munícipes, pela sociedade que o  
316 Estado precisa fazer alguma coisa, agora nós precisamos fazer algo também que seja factível, que a  
317 gente tenha condições e tem perna pra chegar. Na questão do HGU em si, das referências de alta  
318 complexidade nós fizemos um estudo que é possível sim nós assumirmos digamos vendo que tá no  
319 teto do município em relação a essas especialidades e nós colocando um pouco mais de recursos do  
320 teto estadual e a gente pactuar com o HGU nesse momento até sua capacidade porque segundo as  
321 informações tanto ele, a Santa Casa ou o Julio Muller tem a capacidade de leito instalada mas que  
322 não está sendo contratualizada. Então a gente teria condições de dar uma alavancada digamos assim  
323 pelo menos na alta complexidade e continuar trabalhando aí torcer pra que se resolva rapidamente  
324 essa questão da crise instalada e principalmente da questão que envolve os profissionais de saúde  
325 porque isso é uma questão que tem que ser resolvida porque a gestão é municipal não tem como o  
326 Estado ir definir salário dos profissionais do município e que se daqui a seis meses, um mês, dois  
327 meses, um ano tudo isso estar resolvido também não tem problema nenhum o município reassume a  
328 gestão. Então eu queria ouvir rapidamente até pra gente não perder o foco da pauta mais que é  
329 importante ter uma diretriz, se a gente toca pelo menos, continua tocando os estudos e os





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

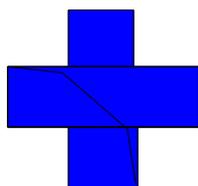
330 encaminhamentos e aí a gente marca uma reunião aqui extraordinária para que a equipe do Paulo  
331 venha e nos mostre o que é que vai acontecer com isso e também aí que possa, até falei com o  
332 COSEMES hoje e com o Dr. Mário Lemos também existe uma expectativa muito grande dos  
333 municípios do interior do Estado em relação a isso para que a gente possa ter um alinhamento eu  
334 preciso dizer que o conselho me dê a diretriz se o caminho é esse ou se tem alguma outra sugestão  
335 para que a gente possa de fato resolver essa situação o mais rápido possível. (**Conselheiro João**  
336 **Dourado**) - João Dourado CUT. Eu vi a entrevista ontem, a reportagem pela TV Centro América e  
337 conversando com alguns bancários, colegas meus aí, realmente criou uma expectativa, uma esperança  
338 com relação a isso aí. Porque a coisa está se tornando grave, eu acho que se o Estado não intervir, eu  
339 acho que no meu ponto de vista paleativamente eu acho que o Estado está procurando uma solução  
340 imediata porque nós temos um déficit aí e isso o conselho, desde quando eu vim pro conselho ou seja  
341 em 2004 que nós falávamos aqui no conselho se o estado não caminhar na direção de ter um hospital  
342 regional na baixada cuiabana e ver a questão do hospital central o município de Cuiabá não vai  
343 agüentar entendeu. E várias vezes o município “não, nós damos conta, nós damos conta” e isso agora  
344 estourou, infelizmente estourou, o que eu acho agora é que o Estado tá no caminho certo acho que  
345 paleativamente é isso mesmo, o HGU realmente se estruturou para ser referência estadual, nós  
346 sabemos disso, é isso que nós queríamos no meu ponto de vista representando a CUT, nós temos um  
347 hospital público sendo referência no Estado mas isso não foi possível, não vamos nem fazer uma  
348 reflexão passada porque não vai adiantar. Eu acho que o momento é o seguinte, eu acho que o Estado  
349 está na linha, eu acho que tem que pautar isso mesmo numa extraordinária porque tem que ter  
350 autorização do conselho pra firmar qualquer contrato, aí o conselho autorizar esse convênio porque  
351 final do ano secretário a coisa vai pegar. A questão da dengue, a questão dos feriados de final de ano,  
352 o negócio vai ficar muito mais crítico do que está agora então eu acho que essa idéia aí, eu acho que  
353 momentaneamente ela é louvável. (**Augustinho Moro**) - Só pra, desculpe eu acabei não finalizando,  
354 concluindo a reunião de ontem e aí pra minha surpresa quando nós saímos o Paulo tava comigo e o  
355 Victor eu levei um susto com relação ao volume de, a expectativa tá tão grande com relação a  
356 qualquer solução que tinha toda a mídia do Estado estava lá. E aí não teve outra alternativa a não ser  
357 falar. Então não tem jeito eu levei um susto porque tava todo mundo lá e a reunião relativamente era  
358 pra ser fechada e aí infelizmente não foi, mas aí eu acho que é bom que a gente já joga as opiniões,  
359 acho que já começa a coisa a caminhar pra um rumo aí que precisa de fato seguir. (**Conselheiro**  
360 **Jader Correa**) - Boa tarde a todos(as), Jader Correa representante do COSEMS. Eu concordo  
361 plenamente com que o colega da CUT colocou aqui e com essa atitude do governo do Estado com  
362 relação ao HGU. A gente tem que tomar como exemplo essa parte cardiológica que mesmo o Estado  
363 tomando essas atitudes nesses 600 procedimentos hoje a gente tem uma fila grande do mesmo  
364 tamanho, imagina se não tivesse se tomado essas providências aí. E nós que somos gestores dos  
365 municípios, uma das maiores discussões que a gente vem tendo agora desde essas últimas CIB aí, o  
366 Luís Soares esteve lá com a gente, Dr. Ney também e nós tivemos discutindo justamente isso na  
367 nossa pré CIB com relação a esse problema que os municípios estão encontrando aqui em Cuiabá na  
368 alta complexidade. Então isso daí vem transtornando os gestores municipais porque tudo tem que cair  
369 aqui em Cuiabá, enquanto a gente não fortalecer as nossas regiões e a gente ter que tomar essas  
370 nossas decisões nas nossas regiões estruturadas a gente vai estar sempre tendo esse problema na  
371 capital. Então eu estou de pleno acordo e acho que todos os meus colegas também do COSEMES,  
372 secretários, a gente está de pleno acordo que essa medida vá avante e que o governo do estado tome  
373 essas providências que eu tenho certeza que vai amenizar muitas e muitas dores dos nossos enfermos  
374 aqui do estado de Mato Grosso. (**Augustinho Moro**) - Obrigado conselheiro. Conselheira Aparecida  
375 (**Conselheira Aparecida**) - Boa tarde a todos e a todas, a minha observação ela só vai de encontro  
376 àquela reunião que nós tivemos aqui na qual participaram todos os hospitais que tem





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

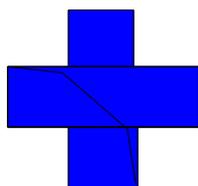
377 contratualização. Me parece que nós ficamos de dar uma resposta para a situação de uma maneira  
378 geral e de encontro a isso veio essa crise que está deixando de forma cruel os pacientes que  
379 necessitam de um serviço público no estado, sendo Cuiabá referência. Penso que nós temos que  
380 pensar essa situação não de uma forma pontual, mas de uma forma ampliada, cabe a secretaria dar  
381 uma resposta àquela reunião que nós ficamos de em trinta dias respondermos, mas nós não  
382 respondemos, o conselho não fez isso. Eu estava até pra questionar isso aqui no pleno e eu acho que a  
383 situação é emergencial, precisa ser tomada uma providência mas nós não podemos responder essa  
384 questão de uma forma pontual, a gente tem que responder essa questão de uma forma ampla. Nós  
385 temos situações que precisam ser resolvidas, não é só essa questão, eu vou novamente falar e vou  
386 fazer um pedido aqui nesse pleno que o Dr. Augustinho responda aquela nossa necessidade lá da  
387 nefrologia pediátrica, que nós estamos só com uma médica, precisamos rever aquela situação, não  
388 consegui falar com o senhor, fui até a secretaria mas não consegui. Nós temos coisas que tem que ser  
389 pensadas muito mais profundamente do que essa questão pontual. Acho até que a gente pode até o  
390 Estado tem que tomar providência sim, é uma cobrança muito grande e todo o Estado pode ser  
391 responsabilizado por isso. Porque vai morrer gente, no caso da dengue nós tivemos um paciente que  
392 chegou praticamente morto no hospital por uma questão de estrangulamento na assistência básica e  
393 isso passa batido, isso não é discutido e colocado em pauta dentro desse conselho. Está morrendo  
394 gente e vai morrer por questões que são .... Eu sinceramente tenho uma angústia muito grande de  
395 pensar isso com muito carinho aqui e resolver, acho que o Estado tem sim que intervir no município.  
396 Assim como o Conselho Nacional está fazendo uma manifestação para intervir em São Paulo porque  
397 é uma questão política, de administração política, todo mundo sabe não precisamos negar isso é  
398 administração do PSDB. **(Augustinho Moro)** - Obrigado conselheira Cida. Conselheiro Antônio.  
399 **(Conselheiro Antônio)** - Boa tarde senhoras e senhores Antônio Cordeiro da Associação dos  
400 Pacientes Renais. É triste a gente ver essa situação chegar no que se chega, mas assim como diz o  
401 conselheiro João Dourado eu tenho sempre dito até que o Estado não se resolva, não se tome  
402 responsabilidade de construir um hospital de referência para o Estado sempre vai haver, vai acontecer  
403 essa situação. Vai se arrumar hoje daqui a TRE, quatro anos, dez anos vai estar a mesma coisa ou  
404 pior porque o estado tem que ter um hospital de referência. Não é possível, já pensou se o Estado de  
405 São Paulo todinho a população corresse para a capital de São Paulo, o que viraria? Nós estamos  
406 crescendo a esse ponto entendeu. Se não tomarmos consciência disso que tem que ser feito, o privado  
407 gente, o hospital privado, seja ele qual for ele atende bem até que estão os pagamentos em dia, até  
408 que os preços são covalentes a ele passou disso aí eles fecham as portas e pronto. Eles não tem  
409 responsabilidade com o usuário não. Quem tem que ter responsabilidade com o usuário, com a  
410 usuária é o poder público, é o Estado, é o SUS ou o SUS não existe? Essa guerra, essa briga, essa  
411 coisa do SUS toda é pra isso, então temos que resolver essa situação senão não adianta a gente ficar  
412 se polemizando pra cá ou pra lá direto a gente vê isso aí. Participamos a pouco tempo de uma reunião  
413 no HGU é porque se faz transplante e não recebe, é porque depois não se dá o acompanhamento ao  
414 transplantado, olha a situação grave, há pouco tempo os pacientes transplantados só tinham  
415 atendimento de primeira em hospital particular. Hoje o que acontece o paciente está aqui tá acolá,  
416 tem paciente transplantado morrendo a míngua porque o médico que o acompanha e o transplantou  
417 não pode atender em tal hospital porque lá o paciente foi mandado pro Julio Muller, pro Pronto  
418 Socorro de Várzea Grande, Pronto Socorro de Cuiabá outra hora Hospital Geral o tal médico não  
419 pode acompanhá-lo e assim em outros casos em todos os lados são assim. Temos que tomar tento a  
420 isso aí esse assunto que o Estando está intervindo quanto a responsabilidade da prefeitura isso é  
421 louvável sim, tem que ser feito. O Estado como majoritário tem que tomar sua posição e a obrigação  
422 do Estado é tomar e o Conselho Estadual tem que apoiar isso aí. Tem que apoiar já que o município  
423 não tem condições de atender e tocar que o pacto, quando surgiu o pacto, qualquer pessoa leiga até eu





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

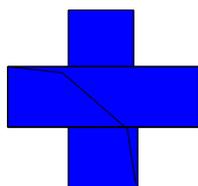
424 sabia que ia acontecer esse problema, que o estado e o município não estavam prontos para esse  
425 sentido e é o que está acontecendo hoje se não resolver vai estar complicada a situação. Obrigado  
426 senhores. (**Augustinho Moro**) - Ok, conselheiro Carlos. (**Conselheiro Carlos**) - Conselheiro Carlos  
427 trabalhador da saúde representando o Conselho de Educação Física. O que nós queremos aqui é dizer  
428 que num primeiro momento nós temos que olhar pro hospital público para isso que nós estamos aqui  
429 dentro. Nesse caso nós temos o Julio Muller que também eu acho que poderia olhar no mesmo  
430 sentido igualitário e ver o que o Julio Muller pode atender porque acredito que nem todos os leitos  
431 estejam lotados, Dr. Ângelo está aqui professor da Universidade Federal pode colocar a situação do  
432 Julio Muller. O Outro é o que o conselheiro Antônio acabou de dizer, nós precisamos fazer um  
433 grande esforço de pressão e não dependermos somente das emendas parlamentares porque senão  
434 acredito que o hospital, o novo hospital universitário não saia do primeiro andar, o dinheiro só está na  
435 terraplanagem e aí eu vou esperar um governo que diz que vai por o dinheiro para construir 250  
436 leitos. Desculpe se este governo está interessado na saúde, colocar o dinheiro para o que é o escopo  
437 do Estado à saúde, segurança e educação o restante eles se virem, terceirizem o que for necessário,  
438 não tem problema. Mas o que eu vejo é isso então o governo não está olhando como deveria olhar  
439 para a saúde do povo brasileiro como um todo. É só a gente ver o noticiário como está, São Paulo  
440 está lá, tem um monte de recursos, hospital municipal todo lugar tem. Nós do Mato Grosso e aí quem  
441 está no Mato Grosso desde trinta anos atrás olhava para a Santa Casa era a referência, hoje a Santa  
442 Casa não consegue, tem leitos desocupados porque nós temos brigas políticas e não é a briga da  
443 saúde então nós conselheiros eu acho que também temos que fazer nossa um pouquinho de meia  
444 culpa e começarmos a olhar os hospitais onde nós vamos, frequentar os monitoramentos, olharmos  
445 também para nós dentro aqui e verificarmos a Santa Casa tem leitos sobrando, não é um, não são dois  
446 e aí eu fico desesperado quando o meu representante vai a reunião do Conselho Municipal de Saúde  
447 que era para ser ontem, não deu quórum porque a administração pública municipal, a gestão não foi,  
448 não compareceu e para aprovar estava lá assim credenciamento Hospital do Câncer unidade  
449 assistência de alta complexidade para ortopedia, vão escutando, Hospital do Câncer, ortopedia está  
450 aqui o documento, só para finalizar Hospital do Câncer para inclusão de habilitação em UNACON  
451 com serviço de hematologia, Hospital Geral Universitário unidade assistência de alta complexidade  
452 em oftalmologia, Instituto Lions da Visão unidade de assistência de alta complexidade, está aqui ó,  
453 Hospital do Câncer, ortopedia quem quiser a cópia está aqui, é a pauta do conselho. Presidente:  
454 Conselheiro Edvande. (**Conselheiro Edvande**) - Edvande do “GRUCON” eu acho que eu apoio a  
455 iniciativa do senhor secretário nesse momento, essa parceria com o HGU, mas eu fico com a proposta  
456 dos demais conselheiros principalmente do Dr. Antônio, que é o hospital de referência estadual eu  
457 acho que eu vou além, eu acho que nós temos que construir um complexo de alta complexidade de  
458 referência estadual. Eu acho que é manter esses contratos aí parar no que está aí e investir no  
459 complexo de alta complexidade estadual eu acho até repensar, talvez retomar os dois hospitais que  
460 foram comprados que estão dentro do território estadual e se for possível construir dentro do  
461 território estadual o centro político administrativo se tiver problema aí fica uma questão de comando  
462 único. Mas acho que o Estado não pode ficar na mão do município de Cuiabá e também da iniciativa  
463 privada principalmente nessa gestão que na área da saúde foram sete anos péssimos, horríveis,  
464 vergonhosos como é que nós vamos receber visitantes da copa do mundo com uma situação dessa,  
465 com dengue, com salário baixíssimo de 800 reais ao médico, plano de cargo e carreira de salário dos  
466 servidores então é uma situação horrível. Eu acho que nós temos que reunir com o Conselho  
467 Municipal de Cuiabá, porque eu também estive lá ontem e acho que dificilmente o presidente do  
468 conselho comparece a reunião então não tem reunião do Conselho Municipal de Cuiabá mais nós  
469 temos que reunir, nós do Conselho Estadual ir lá reunir com os conselheiros municipais de Cuiabá e  
470 ver o que está acontecendo com o conselho Municipal de Cuiabá para cobrar do presidente tomar





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

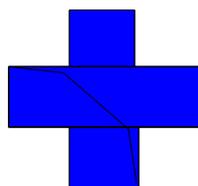
471 uma posição nesse sentido. (**Augustinho Moro**) - Obrigado. Conselheiro Paulo. (**Conselheiro**  
472 **Paulo**) - Boa tarde senhores conselheiros eu gostaria de dividir com vocês, na verdade para mim é  
473 uma grata satisfação, nós pedimos um levantamento técnico da equipe técnica com relação a toda  
474 essa situação que vem acontecendo em Cuiabá e juntamente com a equipe do coordenador Iriedes do  
475 controle de avaliação e regulação pedimos um levantamento por especialidades aqui do município de  
476 Cuiabá até por conta daquele posicionamento que houve com relação a falta de leitos, umas situações  
477 que vem colocando com relação a implantação de hospitais, enfim eu vou falar bem rapidamente  
478 aqui, na verdade eu vou pontuar aqui com relação ao entendimento que eu gostaria de passar, que é o  
479 entendimento que eu tenho hoje, eu tenho um levantamento em mãos onde nós temos duas situações  
480 aqui no município de Cuiabá. Uma é a capacidade ociosa inclusive que o conselheiro Carlinhos  
481 colocou bem e o Dr. Ângelo conhece muito bem, profundo conhecedor aqui da situação do município  
482 de Cuiabá, hoje nós temos todos os hospitais com uma capacidade ociosa significativa e nos remeteu  
483 ao trabalho técnico onde aponta-se um significativo déficit de leitos apenas na clínica médica, nas  
484 demais especialidades nós temos sim alguns leitos, alguns déficits na clínica médica onde nós  
485 poderíamos sim estar utilizando a capacidade ociosa dessas unidades hospitalares Santa Casa, Julio  
486 Muller, Hospital Geral Universitário, Hospital do Câncer mas que todas essas unidades estão sob  
487 gestão do município de Cuiabá. Construir um hospital resolve o problema, não resolve o problema  
488 hoje, nós temos leitos disponíveis nas nossas estruturas, os nossos apontamentos, nós estamos usando  
489 o índice do Ministério é 2,74 leitos por cada mil habitantes, nós não estamos criando nada do que já  
490 está colocado aí. Agora sim nós precisamos rediscutir esta situação até porque essas unidades  
491 hospitalares como vocês mesmos puderam perceber, o dia que nós tivemos aquela reunião com os  
492 prestadores de serviço estão estrangulados, desse tempo pra cá, desses cinco, seis anos pra cá a  
493 capacidade de atendimento dessas unidades hospitalares foi muito diminuída o que provavelmente  
494 ocasionou essa situação que hoje nós temos. O hospital, volto a afirmar vai me desculpar se de  
495 repente não é o posicionamento do governo secretário, mas assim tecnicamente resolveria o problema  
496 conselheiro Edvande, com certeza hoje não, eu acho que a discussão seria no sentido de nós  
497 absorvemos esses leitos que nós temos disponíveis, é uma situação a curto prazo, plausível com  
498 recurso financeiro disponível, nós temos um problema de gestão no município de Cuiabá com relação  
499 a sua contratualização que talvez se este modelo que foi implantado pelo município de Cuiabá talvez  
500 tivesse um start ou uma atenção maior no quesito contratualização nós teríamos uma situação um  
501 pouco melhor. A situação da questão do centro de referência da questão do HGU de alta  
502 complexidade sim o Estado teria que intervir diante da situação até porque o seu contrato está muito  
503 aquém daquele procedimento, daquela resolução cível que ele habilitou, ele tem um quantitativo  
504 mínimo que a portaria lhe exige para tal habilitação e que infelizmente não vem sendo cumprido por  
505 isso que forçosamente diante da situação obrigou o Estado a propor essa alternativa que é assumir a  
506 alta complexidade, visto que o principal o município, o interior foi o maior prejudicado nesse  
507 processo. Então eu gostaria só de transmitir isso na verdade é um levantamento, depois eu gostaria de  
508 socializar assim que a gente tivesse uma reunião extraordinária para que a gente de fato possa trazer  
509 esse levantamento, pra gente rediscutir essa situação. Hospital hoje, do meu ponto de vista não  
510 resolve o problema, resolveria o problema sim, mas de fato a ampliação dos hospitais que hoje nós já  
511 temos, ok. Obrigado. (**Augustinho Moro**) - Conselheiro Leandro. (**Conselheiro Leandro**) - Boa  
512 tarde a todos, meu nome é Leandro representante do SINDESMAT. Eu concordo plenamente com  
513 você conselheiro, mas eu acho que nós temos um agravante nisso. Porque só a ampliar a lei, hoje, por  
514 exemplo, os hospitais não têm atendimento não por falta de leito, mas por falta de médico, por falta  
515 de atendimento médico, isso daí foi muito debatido, muito argumentado então a gente precisa  
516 também buscar isso daí no mercado não sei de que forma mais para que supra essa necessidade, hoje  
517 a gente tem problema sério disso daí. Agora só fazendo um parênteses aqui, aquela ata, aquela pauta





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

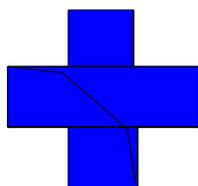
518 que o Carlinhos deu do Hospital do Câncer fazer ortopedia aquilo ali é uma brincadeira porque lá pra  
519 desembargadora o Hospital do Câncer fez um ofício e é aberto ao público para quem quiser ler que  
520 ele não tem equipe médica para tal, a equipe médica dele é de oncologia, eles fizeram o ofício e  
521 assinaram embaixo. É complicado isso daí. Obrigado. **(Augustinho Moro)** - Conselheira Ingrid  
522 Botelho para encerrar. **(Conselheira Ingrid)** - Boa tarde a todos, Ingrid da secretaria de Estado da  
523 Saúde. Eu só queria lembrar os conselheiros também só colaborando com a fala do nosso amigo  
524 Paulo que nós não temos que estar trabalhando em busca de mais leitos hospitalares e nem de  
525 hospital, muito menos de hospital, nós do conselho temos que estar trabalhando em cima, em prol de  
526 uma atenção primária resolutiva porque a gente sabe que os nossos indicadores mostram que o índice  
527 de internação que nós temos no estado de Mato Grosso é em cima de doenças que poderiam ser  
528 evitadas. Então se a gente trabalhar com uma atenção primária, nós temos hoje uma cobertura de mais  
529 de sessenta por cento de PSF no estado de Mato Grosso e se eles fossem um PSF de qualidade nós  
530 deveríamos estar evitando essas internações. Como disse o nosso amigo conselheiro Paulo nós temos  
531 leito o suficiente para atender a nossa população, nós não precisamos mais de ter leitos e hospitais.  
532 Nós precisamos ter uma equipe de saúde da família ou uma unidade de saúde que seja resolutivo, que  
533 o médico vá lá medir a pressão do camarada e impedir que ele seja internado por um AVC e que  
534 também se consiga atender os diabéticos, porque só no SUS está se internando diabético, no privado  
535 não se interna diabético. E isso que está onerando a capacidade dos hospitais nossos de internação.  
536 Porque nós precisamos trabalhar aqui neste conselho, nos conselhos municipais de saúde é isso gente,  
537 é trabalhar com atenção primária, ela que tem que ser o carro chefe dos municípios do Estado e nós  
538 temos uma cobertura excelente de mais de sessenta por cento. O que precisa é de qualidade nessas  
539 equipes de saúde da família. Muito obrigada. **(Augustinho Moro)** - Obrigado Ingrid. Até pra  
540 encerrar aqui e pegar o encaminhamento só vou fazer uma colocação para os senhores e que eu  
541 também já coloquei, estou até evitando falar um pouco sobre isso porque o momento está muito  
542 crítico e para não virar política. Isso é uma assembléia, a decisão nossa é técnica. Pode, pode, não  
543 pode, não quero essa questão política fica para a área política para tratar, mas não vou misturar isso.  
544 Porque senão vai começar eu falo aqui, outro fala lá e isso vai virar confusão. Mas eu acho assim se o  
545 município conseguisse rapidamente resolver essa questão dos médicos e aí o conselheiro Leandro  
546 tem razão senão tiver médico vai ficar difícil para resolver esse problema da alta complexidade. Nós  
547 temos pela frente a copa do mundo e não só porque é copa do mundo mais porque nós temos que  
548 utilizar digamos assim esse fato para que nós possamos efetivamente ter um motivador para nos  
549 organizarmos que fique um legado pela frente, quer dizer, não que na copa esteja bem, mas que isso  
550 fique todo um legado. Nós temos que sentar Conselho Estadual, Secretaria Estadual, Secretaria  
551 Municipal de Cuiabá, de Várzea Grande, CRM, SINDMED, SINDMAT, UNIMED, sentarmos numa  
552 mesa todo mundo, numa mesa de trabalho e pontuar o que nós temos de positivo e o que nós temos  
553 de negativo e o que nós temos de alternativa e fazer um grande planejamento disso e aí dizer o  
554 seguinte bom está aqui o planejamento que nós precisamos para o estado de Mato Grosso não é para  
555 Cuiabá é para o estado de Mato Grosso. Bom, não tem dinheiro, tá bom mais vamos colocar na mão  
556 do governo para que se busque isso nos PPAs futuros do governo do estado, do governo federal e que  
557 se faça um planejamento de curto, de médio e de longo prazo. Porque senão nós vamos ficar aqui  
558 discutindo o tempo todo e eu acho que desvestidos de questões políticas, mas vestidos na política do  
559 SUS para que a gente possa efetivamente fazer um trabalho. E eu vou estar encaminhando neste  
560 sentido tão logo eu sinta que o clima esteja para nós sentarmos eu acho que talvez, até para não ser  
561 um provocador e tal eu tenho conversado já com os diretores da copa que de repente a própria  
562 direção da copa pode começar a provocar isso para nós. E eu acho que isso vai acontecer já, já, ainda  
563 ontem eu conversei com o Brito lá na Assembléia Legislativa, então eu acho que por aí a gente pode  
564 começar a criar, já que a conversação com o município é complicada, difícil vamos tirar isso tudo,





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

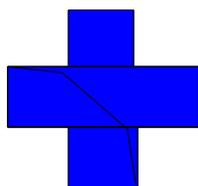
565 vamos envolver outras comunidades, eu acho que aí é o caminho. Mas isso é uma coisa para daqui a  
566 pouco. O que eu gostaria de propor aos senhores e o que eu senti na manifestação eu acho que o  
567 encaminhamento por mais que tenha que ser discutido um pouco melhor, mas o alinhamento acho  
568 que está correto, eu proporia para que a gente pudesse fazer uma reunião extraordinária para que a  
569 equipe do Paulo pudesse nos apresentar aqui o que isso significa, como é que vai acontecer, como é a  
570 contratualização, de onde vai vir o recurso pra gente discutir por exemplo num segundo momento.  
571 Como é que nós podemos num segundo momento de repente buscar se vai ter condições ou não dos  
572 outros contratualizados, o que nós vamos propor para o município que efetivamente nos dê uma  
573 resposta clara e como é que ele vai fazer e aí eu acho que só numa reunião pra gente ter um pouco  
574 mais de tempo pra discutir isso aqui a gente já avançou aqui, mas eu acho que essa pauta é mais  
575 importante que tantas outras que nós temos também importantes, mas eu acho que ela nesse momento  
576 é importante e aqui fala que regimentalmente após sete dias da reunião ordinária poderia marcar a  
577 extraordinária. E aí eu queria sugerir para os senhores se possível para que a gente pudesse fazer isso  
578 rápido porque a decisão nós não temos mais tempo tá chegando o final do ano aí não reúne mais CIB,  
579 não reúne conselho, não dá para esperar. A partir do dia onze da semana que vem nós podemos estar  
580 realizando a extraordinária. Ah então dia onze tem audiência pública, não dá. Eu sugeriria dia doze  
581 então se os senhores concordarem para que a gente pudesse fazer uma discussão um pouco mais  
582 ampliada sobre isso e aí pegar de fato direcionando o conselho para que eu possa então dar  
583 encaminhamento a tudo isso, caso contrário também, a gente tá estudando, tá encaminhando, mas  
584 logicamente sem ouvir o conselho eu disse ontem na Assembleia Legislativa para todos os deputados  
585 que sem ouvir o conselho eu não tenho como dar o andamento a isso, eu preciso que o conselho nos  
586 dê uma resposta. Então poderia ser dia doze, todos concordam para que possamos fazer, dia doze é  
587 quinta-feira que vem. Vou colocar em votação então a data do dia doze para fazermos uma reunião  
588 extraordinária sobre este ponto de pauta e aí a gente poderia na sugestão da nossa secretária também  
589 discutir rapidamente um pouco essa questão da ata pra gente arredondar essas questões das atas  
590 também. Conselheira Alzita, por favor, rapidamente. **(Conselheira Alzita)** - Bom, eu acho que já que  
591 vai ter uma extraordinária, já que vai colocar o problema da ata e esse assunto vamos colocar o  
592 assunto da ouvidoria também porque ontem não deu jeito da gente fechar. Não seria debate aqui...  
593 Não, não. Da ouvidoria setorial com a ouvidoria geral entendeu. A gente já traria pronto, olha foi  
594 costurado isso aqui porque ontem não teve jeito. **(Augustinho Moro)** - Conselheira Alzita eu sou da  
595 seguinte opinião se for só para trazer aqui o encaminhamento e ter aqui a definição do pleno que leve  
596 no máximo meia hora, caso contrário nós vamos ficar aqui discutindo um assunto que vai prejudicar o  
597 outro. **(Conselheira Alzita)** - Eu gostaria secretária que você convidasse a setorial antes da reunião é  
598 óbvio pra gente sentar. **(Augustinho Moro)** - Conselheira Alzita deixa eu fazer uma outra colocação  
599 eu acho que a gente sabe como que são as discussões e ela vai acabar tomando tempo. A questão das  
600 ouvidorias bem ou mal elas estão funcionando certo, estão nos eu andamento, então poderíamos  
601 marcar isso para uma outra pauta porque elas estão funcionando, tem que resolver algumas coisinhas,  
602 mas tá funcionando. **(Conselheira Alzita)** - Bom, eu dei como sugestão, se puder pra ordinária.  
603 **(Augustinho Moro)** - Porque eu gostaria que esse assunto ficasse mais específico porque nós vamos  
604 ficar a tarde toda aqui. **(Conselheiro João Dourado)** - João Dourado, CUT. Pode chamar sim o  
605 Conselho Municipal que venha aqui ajudar na discussão. **(Conselheiro Leandro)** - Qual a  
606 possibilidade que seja dia 18 essa reunião? Presidente: Nós vamos estar na semana do evento.  
607 **(Conselheiro Leandro)** - Pois é, mas a semana de 08 a 12 é o Trigesimo Encontro Mundial de  
608 Hospitais no Rio... **(Augustinho Moro)** - É que a semana do dia 16, 17, 18 é a Caravana aí tá  
609 complicado e não dá para esperar pra depois. Porque eu tenho que levar pra CIB. Nós precisamos  
610 decidir isso urgente. Se algum conselheiro não puder estar presente como é o caso do conselheiro  
611 Leandro, não sei se o senhor tem um suplente que pudesse participar aqui porque senão vai ficar





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

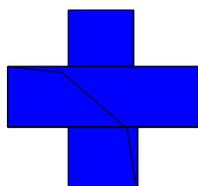
612 complicado. **(Ouidora Edna)** - Boa tarde a todos e a todas. Eu só queria pedir a colaboração no  
613 sentido de realmente a gente definir essas questões da ouvidoria porque eu acho que a gente já  
614 começou um trabalho ontem e a gente poderia trazer como o Dr. Augustinho já colocou os  
615 encaminhamentos aqui para o pleno, eu acho que daria sim para incluir nessa reunião. Até porque...  
616 **(Augustinho Moro)** - Não, já está decidido gente. **(Ouidora Edna)** - Tá, então pelo menos que  
617 fique para a primeira pauta de dezembro, para que encerre em dezembro essa situação. **(Augustinho**  
618 **Moro)** - Ok. Senhores conselheiros os senhores que concordam com a reunião extraordinária no dia  
619 doze, por favor, se manifestem. Dezenove conselheiros favoráveis, os conselheiros que não  
620 concordam se manifestem, por favor, nenhum voto e os que se abstêm, o conselheiro Leandro se  
621 absteve da votação. Ok, então dia doze reunião extraordinária, ampliada com a participação do  
622 Conselho Municipal para discussão dessa questão da gestão na contratualização do HGU e outros  
623 assuntos que dizem respeito a este mesmo encaminhamento. Bem, na seqüência aqui nós temos aqui  
624 então como acontecimento relevante a posse da conselheira como conselheira suplente da Associação  
625 Mato-grossense de deficientes, a senhora Raquel Maria de Arruda Conceição. Seja bem-vinda e aqui  
626 segundo a nossa secretária executiva as flores são em sua homenagem hoje. Ok, na seqüência aqui  
627 então nós temos 24.2 Fórum Estadual de Controle Social em Saúde do Trabalhador, CIST Estadual,  
628 Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador dias 26 e 27 de novembro, doutor conselheiro  
629 João Dourado. Conselheiro João Dourado a pauta da C-IST, desculpa é a CIST. **(Conselheiro**  
630 **Leandro)** - Peço-lhes desculpas porque eu tive que ir urgentemente ao banheiro. Pois então o  
631 Conselho Estadual de Saúde reformulou a antiga CIST numa resolução que passou a chamar CIST e  
632 o conselho na resolução determinou que seria a eleição das entidades de representação dos  
633 trabalhadores, que essas entidades seriam eleitas num fórum convocado viu senhor presidente,  
634 convocado, aprovado pelo conselho e convocado pelo secretário através de uma portaria esse fórum.  
635 Aí o CEREST que numa reunião a comissão determinou que eu pudesse trabalhar junto com o  
636 CEREST lá, os encaminhamentos do fórum, então a data do fórum ficou para 26 e 27 de novembro  
637 em Cuiabá. Nós estamos trabalhando com a possibilidade cem entidades, de cem representações  
638 nesse fórum. Só falta definir ainda nós estamos tentando definir o local, previamente parece-me que  
639 tem o auditório da OAB, mas a gente está correndo atrás de um auditório e esse fórum além de eleger  
640 as entidades, vamos também aproveitar secretário e fazer uma discussão da saúde do trabalhador do  
641 estado e da RENAST que é Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Convidamos  
642 o Ministério da Saúde, representando o Ministério da saúde virá a OLGA e representando o Conselho  
643 Nacional de Saúde virá o conselheiro Marcolino. Então o Marcolino e a OLGA representando o  
644 Conselho e o Ministério da Saúde estarão nesse fórum. E precisa o conselho autorizar o secretário a  
645 emitir uma portaria convocando o fórum para dar legalidade a esse fórum e à eleição das entidades  
646 que vão representar os trabalhadores nessa comissão. É uma portaria convocando as entidades para  
647 esse fórum. O Conselho Estadual de Saúde obviamente deverá fazer parte, todos os integrantes do  
648 Conselho Estadual de Saúde, a comissão de RH, até porque depois da eleição dessas entidades o  
649 conselho vai ter que eleger também três membros que farão parte dessa CIST. Qual a perspectiva de  
650 ou dezembro ou no começo de janeiro saia uma portaria já elencando toda a composição da  
651 Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. CIST é a Comissão Intersetorial de Saúde do  
652 Trabalhador. Esse informe 26 e 27 eu conversei com o Éder que é da Coordenação de Saúde do  
653 Trabalhador, o material informativo já está prestes a sair e logo que sair nós vamos fazer o trabalho  
654 de mobilização. Contamos com o apoio de todos os conselheiros e conselheiras, os demais presentes  
655 que quiserem ir lá, o COSEMS também está sendo convidado, a Secretaria de Educação, o Ministério  
656 Público, a Superintendência Regional do Trabalho para que estejamos todos nesse fórum.  
657 **(Augustinho Moro)** - Ok, então eu pediria aqui para a secretária executiva para que faça os  
658 encaminhamentos da informação para a chefia de gabinete para que a gente possa providenciar a





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

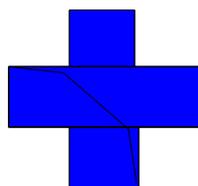
659 portaria convocando. (**Conselheiro Leandro**) - É que eu acho que o conselho como ele já colocou na  
660 resolução que tem que ser através do fórum então eu acho que é consenso aqui a aprovação do fórum,  
661 só falta sair a publicação do fórum. (**Augustinho Moro**) - A exemplo de outros eventos que  
662 aconteceram a gente baixa a portaria convocando, ok. É ele está colocando aqui logicamente tem que  
663 definir o local para poder colocar na portaria. (**Conselheiro Leandro**) - Ana tem que conversar com  
664 Éder para ver esses detalhes técnicos. (**Augustinho Moro**) - Ok, vamos então iniciar efetivamente a  
665 nossa pauta de hoje. Nós temos aqui quatro tópicos, cinco é o resultado da reunião das ouvidoras que  
666 na verdade acabou não estando conclusivo. Então primeiro ponto de pauta é a deliberação das  
667 comissões do Conselho Estadual de Saúde. (**Secretaria Executiva Ana Boabaid**) - Cadê a nossa  
668 assessora de comunicação para se apresentar? Assessora de imprensa, eu confundo... Assessora de  
669 imprensa. (**Assessora de imprensa Jaqueline**) - Bom, como foi solicitado na última reunião, nós  
670 fizemos uma tabela demonstrativa onde tem os nomes dos conselheiros e quantas comissões  
671 permanentes eles participam, porque só as permanentes, porque as permanentes como consta no  
672 nosso regimento interno o conselheiro pode participar de no máximo três. Vocês podem verificar,  
673 Alzita, por ordem alfabética Alzita participa da Mesa Diretora, da de RH então ela tem só uma  
674 comissão permanente. O conselheiro Antônio Cordeiro Sobral está participando da Política de  
675 Medicamentos e agora da Plenária então ele tem duas comissões, ele participa de uma permanente e  
676 uma especial, porque a Plenária muda a composição todo ano. Antônio José de Amorim participa de  
677 uma comissão a de Atenção Integral à Saúde. Aparecida Silva Rodrigues está em Ações  
678 Programáticas, Política de Medicamentos e também na Plenária, então tem duas comissões  
679 permanentes. O conselheiro Bemoro que é representante indígena está em uma comissão só que ainda  
680 não saiu a publicação da comissão indígena que o participante indígena pelo menos pelo que consta  
681 assim que faz a alteração pelo CONDISI ele continua nessa comissão, ele já compõe  
682 automaticamente. Carlos Alberto Eilert está na Assistência Ambulatorial Hospitalar, na Comunicação  
683 totalizando duas comissões permanentes. Clélia Araújo está na Atenção Integral à Saúde,  
684 Comunicação e Monitoramento, tendo três participações em comissões permanentes, tendo também a  
685 especial de Reformulação da Lei 22 e a de Educação permanente que não contam porque são  
686 especiais. Cristina Santos Botti que é suplente da conselheira Ingrid Botelho na Secretaria de Saúde  
687 está em Ações Programáticas apenas. Edenir Pereira está no RH e Saúde do Trabalhador uma  
688 comissão. Edvande Pinto de França está na Mesa Diretora, Monitoramento e Cooperação Técnica,  
689 Planejamento e Orçamento totalizando duas comissões permanentes. Ingrid Botelho Handell está em  
690 Planejamento e Orçamento apenas. João Luís Dourado está na Eleitoral e Ética, Monitoramento e RH  
691 e Saúde do Trabalhador, três comissões permanentes. José Carlos Basan Planejamento e Orçamento,  
692 Política de Medicamentos e Saúde Indígena. Jucélia Clara Nunes está no RH e Saúde do Trabalhador.  
693 A Dona Leila Barros de Levi está na comissão, Ações programáticas, Assistência Ambulatorial e  
694 Hospitalar, na Comunicação Política de Medicamentos, totalizando quatro comissões. Lilian Alves  
695 Ferreira uma comissão, ela está na de saúde indígena. Lilian Sueli Alves dos Santos está em duas  
696 comissões. Márcia Folador em uma. Maria Aparecida Fernandes em duas comissões. Maria Luiza  
697 Ortiz quatro comissões. Conselheira Mázena uma comissão. Paulo Roberto Araújo nenhuma  
698 comissão. Suely Correa duas comissões. (**Conselheira Alzita**) - Presidente, só a título de  
699 esclarecimento. Eu vi Edenir ali, mas quem participa das comissões é a Antonia, que é suplente.  
700 Então eu participo e minha suplente também participa e Edenir nunca teve oportunidade de participar  
701 e é a Antonia que participa mais, e por que o nome dela não consta ali? (**Secretaria Executiva Ana**)  
702 - Na resolução, que é o documento maior do conselho está o nome do titular dela e quando você é  
703 suplente e você está nessa representatividade é seu nome que consta. Mas é porque teria então que  
704 recompor porque pelo regimento interno as comissões seguem o regimento interno de frequência,  
705 então ele já está excluído e tem que fazer de novo a recomposição do assento que ele está e colocar o





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

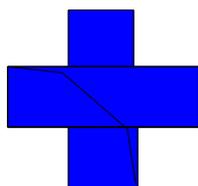
706 nome dela. **(Conselheira Alzita)** – Que eu saiba ela é titular e quem participa é a Antonia que é  
707 suplente ai eu gostaria assim. **(Ana Maria boabaid)** – Não por três frequência seguida na comissão  
708 também da vacância. **(Augustinho Moro)** – Não, mas o que a conselheira Alzita está colocando, é  
709 que na verdade na entidade da conselheira Antonia não é titular que participa efetivamente das  
710 comissões e sim a suplente que esta participando. **(Conselheira Alzita)** – Eu gostaria que o nome  
711 dela fosse incluso ai. **(Conselheiro Carlos)** – Eu acredito que, o que a conselheira alzita esta  
712 colocando eu acho que é pertinente, não custa nada colocar no quadro Conselheira Antônia suplente  
713 se quiser colocar la escreve aqui no nosso quadro, o que a conselheira quer é que seja  
714 disponibilizado para que nos tenhamos a consciência que os suplentes também fazem parte das  
715 comissões então e só acrescentar o quando la tem vinte e cinco, vigésimo sexto fulano de tal suplente  
716 esta na comissão tal e tal, não quer dizer que ele saiu no diário oficial mas que ele também faz parte  
717 do conjunto em defesa do sistema único de saúde. **(Augustinho Moro)** – Ok. É o que o conselheiro  
718 Carlinhos está questionando, na resolução fala uma coisa, mas é o seguinte, aqui no documento  
719 interno do conselho aparece o nome do conselheiro que participa, sem problema nenhum. Então nós  
720 temos aqui: a comissão de Ações Programáticas tem apenas três membros, então precisaríamos  
721 recompor dois novos membros. Quais os conselheiros que se habilitariam a estar recompondo essa  
722 comissão? Hoje ela é composta pela conselheira Aparecida Silva Rodrigues, a conselheira Cristina e  
723 conselheira Leila, precisamos de dois conselheiros por favor. Na comissão de assistência  
724 ambulatorial hospitalar nós temos quatro conselheiros, o conselheiro Leandro, conselheiro Ambrósio,  
725 que na verdade está suspenso, conselheiro Carlos e conselheira Leila. Então nós precisaríamos aqui a  
726 principio um. Nós estamos analisando a questão do conselheiro Ambrósio que ainda está sob analise  
727 a documentação digamos assim e se recompõe o lugar dele ou se deixamos por enquanto dessa forma  
728 até para não haver outro problema, mas tem de qualquer forma recompor um conselheiro. Eu vou dar  
729 uma passada rápida aqui e se não houver interesse dos conselheiros, infelizmente vai ficar. Então  
730 qual comissão conselheira? Assistência ambulatorial conselheira Marivanda, então ok recomposta essa  
731 comissão A comissão de Saúde Indígena nós temos conselheiro Carlos Bazan, conselheira Maria  
732 Luiza Ortiz, conselheira Lilian e o representante indígena Belmoro. Na comissão de Saúde Indígena  
733 alguém se propõe? Comissão de Informação e Saúde: Clélia, Carlos, Leila e Maria Luiza Ortiz falta  
734 um conselheiro Alguém? Conselheiro Edvande comunicação. Comissão Eleitoral e Ética:  
735 Conselheiro João Dourado, Conselheira Lilian, Conselheira Maria Aparecida e Conselheira Mázena.  
736 Conselheira Alzita se propõe! Monitoramento e Cooperação técnica: Conselheira Clélia, Conselheiro  
737 Edvande, Conselheiro João Dourado e Conselheira Maria Ortiz, restando uma vaga. Conselheira  
738 Lilian: Conselheira Lilian na comissão de Monitoramento e Cooperação Técnica. Regulação,  
739 Conselheiro Antonio, Conselheira Jucélia, Conselheira Suely e Conselheira Mázena. Restando uma  
740 vaga. E na comissão... **(Conselheira Clélia)** - Senhor presidente, nessa comissão especial da  
741 Regulação a suplente, Márcia Gomes tem interesse em participar da regulação que é especial Macia  
742 Gomes Pereira. **(Augustinho Moro)** – Regimentalmente é possível, então já temos aqui a  
743 recomposição da conselheira suplente Macia. Sobraram aqui algumas vagas, então se tiver interesse  
744 de algum conselheiro, por favor. Desculpa, faltou aqui Capacitação de conselheiros: Conselheira  
745 Clélia, João Dourado, Lilian e Maria Ortiz e ainda tem uma vaga! Algum conselheiro se habilita?  
746 Conselheira Presidente: Conselheira Marivanda, então restaram aí algumas vagas ainda com número  
747 inferior à cinco, mas todas elas tem no mínimo três conselheiros e tem condições de se reunir. Então  
748 se algum outro conselheiro ou suplente tiver condições de participar de outras comissões se  
749 manifestar com a. **(Conselheira Clélia)** - Na Plenária Estadual! **(Augustinho Moro)** – Pois é, acabei  
750 de ser informado que está recomposta. Vocês lembram os nomes para nós colocarmos aqui?  
751 Conselheiro Jader, Edvande, Fátimo da FETAGRI, Aparecida Rodrigues do SISMA e Antônio  
752 Cordeiro, ok?! **(Secretaria Executiva Ana)** - Conselheiros, nós tivemos deliberado para o





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

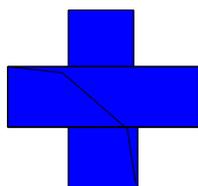
753 conselheiro Ambrósio participar da reunião da contratualização que é uma comissão da Secretaria  
754 Estadual de Saúde, foi deliberado o conselheiro Ambrósio. E amanhã nós temos uma reunião da  
755 contratualização e não tem o suplente, então a gente gostaria de ver se vai deliberar só foi ele  
756 deliberado, teria que ver como vai ficar a questão desse representante para acompanhar a  
757 contratualização na gestão. **(Augustinho Moro)** – Eu até apelaria aqui para os conselheiros para que  
758 a gente pudesse definir porque na verdade tem todo um trabalho de contratualização em andamento e  
759 é importante que o conselho esteja presente, principalmente nós estamos aqui falando da questão da  
760 contratualização com uma unidade de serviço prestadora do estado e que precisa dessa comissão estar  
761 atuando firmemente. Então algum conselheiro aqui se propõe a compor essa comissão, comissão não,  
762 representar o conselho junto a essa comissão lá na Secretaria Estadual de Saúde, por favor, senhores.  
763 Conselheiro Antônio Cordeiro. Muito bem conselheiro, então também essa substituição do  
764 conselheiro Ambrósio. Ok, vamos dar andamento da nossa pauta então. **5.2** alterações do parágrafo  
765 primeiro do artigo 14 da inclusão de artigos para criação do cargo de fiscal sanitário do Sistema  
766 Único de Saúde na CES Mato Grosso. **(Conselheira Clélia)** - Está faltando o número da lei aí...  
767 **(Augustinho Moro)** – Ah verdade, boa observação da conselheira Clélia. Parágrafo primeiro do  
768 artigo 14 da lei 7.110 do dia dez de fevereiro de 1.999. Obrigado. Quem vai fazer a apresentação é o  
769 Fábio, nosso coordenador da Vigilância Sanitária. Fábio. **(Vigilância Sanitária. Fábio)** - Boa tarde a  
770 todos, Fábio coordenador da Vigilância Sanitária do Estado. Eu vou apresentar aos senhores a  
771 proposta de alteração primeiramente do parágrafo primeiro do artigo 14 da lei 7.110 de 1.999. O  
772 objetivo principal dessa mudança é melhorar a capacidade do gerenciamento da vigilância sanitária  
773 do estado de Mato Grosso. No decorrer da apresentação vocês vão entender exatamente como vai  
774 ocorrer essa melhora. O que é então a base desse gerenciamento de risco. Primeira coisa que a gente  
775 tem que pensar quando fala em gerenciamento de risco é que a gente pensa em levantar  
776 continuamente a situação do território e isso ocorre de duas formas, a inspeção que é a verificação in  
777 loco da situação e o cruzamento de dados. Isso ocorre através de bancos de dados, através de  
778 levantamentos da situação dentro do resultado das ações, este é um trabalho interno. Hoje a vigilância  
779 do estado está praticamente pautada apenas nisso. Isso gera uma falha então enorme aqui, isso reduz  
780 a capacidade de gerenciamento do levantamento vai se elaborar e executar as propostas de  
781 intervenção e tem duas vertentes principais. A intervenção direta que pode ser a notificação,  
782 interdição, apreensão e assim por diante é resultado da ação direta na empresa para se eliminar a  
783 situação de risco e a intervenção social que seria a comunicação do risco e educação. Volto a dizer,  
784 nós estamos praticamente pautados nisso e o que é pior sem fazer este cruzamento de dados e sem  
785 identificar realmente qual é o alvo pra gente nessa questão da intervenção direta e até mesmo da  
786 intervenção social, ok. Isso ocorre então que identificar os pontos de intervenção, tornar a ação mais  
787 focada, dar foco a ação. Qual é o problema que nós temos hoje, da forma como nós estamos, a gente  
788 não tem como focar a ação, a gente precisa ser genérico. A gente precisa atingir cem por cento de  
789 tudo, então eu não tenho tempo para parar e pensar em levantar os problemas do território. Só um  
790 exemplo de como está na lei do estado de São Paulo, artigo 86 do código sanitário de São Paulo ele  
791 trás “Todo estabelecimento que tem interesse a saúde antes de iniciar suas atividades deverá  
792 encaminhar junto a autoridade sanitária competente declaração de que suas atividades e instalações e  
793 equipamentos e recursos humanos obedecem a legislação sanitária vigente conforme modelo a ser  
794 estabelecido por norma técnica para fins de obtenção de licença de funcionamento através do  
795 cadastramento”. Nós adotamos uma redação similar e essa, muito parecida a essa até porque a  
796 experiência que a gente tem existem várias legislações de vários estados, umas mais flexíveis, outras  
797 menos flexíveis. A questão dessa daqui, a vantagem dessa em relação às outras é que ela não  
798 preconiza a questão de você dizer olha até que a vigilância sanitária prove o contrário o  
799 estabelecimento tem algum problema e a gente não pode silenciar. Então ela deixa essa questão mais





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

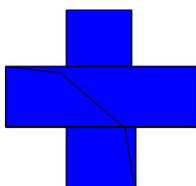
800 tranqüila do ponto de vista legal. A proposta para o estado ficaria a redação do parágrafo primeiro  
801 para concessão, renovação do alvará de licença de funcionamento os estabelecimentos do caput deste  
802 artigo deverão encaminhar a autoridade sanitária competente declaração de que suas atividades,  
803 instalações, equipamentos e recursos humanos obedecem a legislação sanitária vigente conforme  
804 modelo a ser estabelecido por norma técnica. Essa norma técnica já foi editada. O decreto saiu em  
805 doze de dezembro de 2.008, já tem lá todos os formulários dessa questão o qual será emitido após  
806 conclusão do cadastro e é logicamente o cadastro no Sistema Estadual Informatizado de Vigilância  
807 Sanitária. Bom, a partir daí então se cria todas as outras alterações que a gente está trazendo para a  
808 proposta da mudança do inciso do parágrafo primeiro do artigo 14 basicamente é essa. A proposta  
809 inicial para a assembléia tinha uma série de outras coisas, mas isso a gente acabou deixando  
810 suprimido em função das polêmicas, da discussão toda que gerou a gente simplificou. As outras  
811 mudanças que a gente tem é melhorar a definição entre autoridade sanitária e fiscal sanitário isso está  
812 no artigo 8º e artigo 9º e a criação da carreira de fiscal com aumento do número de fiscais. Eu vou  
813 mostrar para vocês o cálculo de como foi feito pra gente chegar na quantidade que a gente precisa e  
814 vale a pena destacar o seguinte, isso só pode ser feito este ano porque este ano foi o primeiro ano de  
815 implantação do sistema de informação nosso. Então este ano nós tivemos o número exato de  
816 inspeções que nós estamos realizando, então isso permitiu que a gente fizesse isso. Melhora da  
817 definição de autoridade sanitária e fiscal sanitário do artigo 8. (**Augustinho Moro**) – Fábio, não tá  
818 tudo decorado não? (**Vigilância Sanitária. Fábio**) - Está sim. Do artigo 8º diz o seguinte “As ações  
819 de vigilância sanitária serão exercidas, trocou por, por pela, pela autoridade sanitária ou pelo fiscal  
820 sanitário, trocou novamente o por, por pelo. Isso é apenas uma questão de redação que foi mudada  
821 aqui. A mudança mais significativa foi no artigo 9º para efeito dessa lei entende-se por autoridade  
822 sanitária agente político ou servidor legalmente empossado, a palavra servidor é nova, aos quais são  
823 conferidos prerrogativas, direitos e deveres do cargo, e aqui faltava essa palavra que era função ou  
824 mandato,ok. E o fiscal sanitário, essa é outra mudança significativa. Fiscal sanitário, funcionário do  
825 órgão sanitário empossado, provido no cargo ou estabilizado pela ADCT 19 tá, Alzita traduz aqui o  
826 que é ADCT. Atos de Disposições Transitórias Constitucionais do Estado de número 19. É ela que já  
827 prevê a questão da estabilidade para essa situação que lhe confere prerrogativas, direitos e deveres  
828 para exercício da função de fiscal sanitário. Então a única questão que entrou nova aqui foi essa  
829 questão provido no cargo isso já estava ou estabilizado. A criação da carreira fiscal e aumento do  
830 número de fiscais ficou no artigo 11º A, aonde foi criado. Fica criado no âmbito da Secretaria de  
831 Estado de Saúde duzentos e noventa e sete cargos de provimento efetivo de fiscal sanitário do  
832 Sistema Único de Saúde em nível superior e técnico de nível médio para exercício dos serviços e  
833 ações de fiscalização em vigilância sanitária nos termos do artigo 6º e 11º da lei que está aqui.  
834 Parágrafo 1º ficam os cargos referidos nesse artigo fazem parte do quadro de pessoal da Secretaria de  
835 Estado de Saúde de Mato Grosso. As competências dos fiscais sanitários do Sistema Único de Saúde  
836 de nível superior e técnico nível médio estão consignados no plano de carreira e subsídios dos  
837 profissionais do Sistema Único de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso isso  
838 apenas colocando ele onde ele se encontra. Criação da carreira de fiscal no 11º B, fica garantida a  
839 permanência e o desempenho das competências na área de fiscalização de vigilância sanitária e os  
840 servidores efetivos estabilizados pela ADCT lotados nos escritórios regionais de saúde, na  
841 coordenadoria de vigilância sanitária e na Secretaria de Estado de Saúde tá bom, isso pelo menos até  
842 que a gente consiga ter a questão do concurso. Justificativa do número de fiscais, foi feita de duas  
843 formas, primeiro pelo perfil de profissional e segundo, pelo número de estabelecimentos. Aqui eu  
844 quero explicar para os senhores o seguinte o que a gente tem conhecido CNPJ com maior confiança  
845 com base no cadastro da SEFAZ de 2006, nós temos 5.527, porém a gente fez uma expectativa com  
846 base em um número de profissionais médicos, vale dizer que aqui tem que incluir que são aqueles





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

847 profissionais que trabalham com CPF, médico, fisioterapeuta, médicos veterinários, odontólogos,  
848 então nós aproximamos essa situação em torno de quatro mil profissionais trabalhando com CPF.  
849 Isso daria na responsabilidade de inspeção do Estado, tirando o município, ficariam 9.527  
850 estabelecimentos. Então esta seria a demanda com a lei atual como ela está hoje, eu tenho que  
851 realizar cem por cento todo ano, e detalhe é cem por cento nos três primeiros meses do ano tá certo,  
852 porque o alvará vence em trinta e um do três de março, tá bom, vou lembrar os senhores que de  
853 janeiro até março o orçamento é fechado então não tem viagem. Na proposta o que a gente tem de  
854 expectativa é de conseguirmos inspecionar e que a gente tem isso pelos pactos que temos com o nível  
855 federal e com outros órgãos de trinta e quatro por cento dos estabelecimentos, isso dá o seguinte que  
856 nenhum estabelecimento vai ficar mais de três anos sem sofrer uma inspeção. Nessa proposta então  
857 nós teríamos a demanda de inspeção na proposta de alteração do parágrafo 1º, teríamos 3.240  
858 inspeções/ano, aqui volto a dizer então não é nos três meses é no ano. Nós temos até vinte e quatro de  
859 setembro de 2009 e aqui é a questão do sistema de informação que a gente implantou permitiu que a  
860 gente chegasse a esses valores aqui. Nós temos 1.326 inspeções em 1.096 estabelecimentos, vou  
861 lembrar aos senhores a diferença entre inspeção e estabelecimentos inspecionados. Eu posso ter um  
862 estabelecimento inspecionado quatro vezes tá bom, número de inspeções quatro, estabelecimentos  
863 inspecionados um. Então a capacidade de inspeção atual a gente espera que ela fique ao final do ano  
864 em 1.300 tá bom. Se eu for contar essa demanda reprimida 1.300 em função dos 9.000 dá 8.224 em  
865 demanda reprimida. Se eu for contar com a alteração que a gente está mandando dá 1.940 tá bom. Em  
866 termos de gerenciamento de risco hoje a maioria dos estados, ninguém inspeciona mais cem por  
867 cento de todos os serviços, tá bom, ninguém está mais fazendo isso, todos estão dentro de  
868 programação. Aqui eu vou mostrar para os senhores o seguinte que é uma regra de três simples, só  
869 pra gente ter uma noção de quantos técnicos nós teríamos que ter nessa situação sem alterar o código  
870 sanitário. Então se nós não alterarmos o código sanitário ele vai entrar em colapso e vou mostrar para  
871 os senhores isso aqui. Nós temos de capacidade de inspeção 1.300, lembro os senhores em doze  
872 meses. Nós temos uma demanda para inspecionar então de 9.527 em três meses. Nós vamos contar  
873 que isso aqui seja para dois meses, doze meses, 116 técnicos vezes X daria 850 técnicos que seriam  
874 necessários. Então nós teríamos que abrir concurso para 850 para inspecionar em doze meses então  
875 se a gente pensar que nós vamos ter que inspecionar isso em três meses pra quanto que vai isso aqui,  
876 tá. Pra quanto que vai isso aqui, é impossível e pro Estado sustentar essa estrutura é impossível tá  
877 gente. O estado não vai conseguir sustentar isso. Então na proposta de mudança que a gente está  
878 colocando nós teríamos então, capacidade de inspeção 1.300, 3.240, 116 dariam 289 técnicos, tá  
879 certo e agora sim para inspecionar em doze meses 3.240 tá bom, no mínimo isso que nós estamos  
880 dizendo é no mínimo não é no máximo. Outra forma que a gente calculou e essa é a forma que a  
881 gente utilizou para mandar a quantitativo foi com base no perfil em função da distribuição das  
882 atividades econômicas que nós tínhamos no Estado. Então foi distribuída de acordo com as  
883 informações do cadastro do SEFAZ a localização geográfica no Estado, a distribuição desses  
884 estabelecimentos pelo QNAE nos escritórios. Foi feito então o código de atividade econômica de  
885 interesse da vigilância sanitária que são 196 CNAES. São 196 atividades econômicas diferentes que a  
886 vigilância sanitária trabalha e a tendência João Dourado é aumentar isso aqui porque o pessoal do  
887 banco, da FEBRAVAN já está pedindo o alvará sanitário em função da inversão do ônus da prova na  
888 saúde do trabalhador, tá certo a tendência é que este número de CNAES aumente significativamente.  
889 Perfil profissional para a ação, então quer dizer para executar a ação nesses CNAES qual era o perfil  
890 profissional então nós levamos em consideração isso. Número de técnicos, considerou-se a criação  
891 porque nós vamos ter técnicos nos escritórios regionais, mas nós temos que ter dentro do nível central  
892 um grupo de expertise para dar tanto suporte para a ação lá, quanto para aquelas ações que demandas  
893 conhecimento técnico mais aprimorado ou para as ações de alta periculosidade. Então para essas

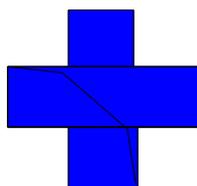




**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

894 situações a gente considerou o seguinte, a criação de quatro grupos, em vez da gente criar uma equipe  
895 para cada escritório, nós fizemos quatro grupos, cada grupo com quatro regionais, então quatro vezes  
896 quatro, dezesseis. Na regional as equipes ficam compostas por um técnico de nível superior e um  
897 profissional técnico, aqui não é nível médio é aquele que tem formação técnica, por exemplo, técnico  
898 de enfermagem, essas profissões de nível médio, beleza. Então nesse sistema teríamos noventa e sete  
899 técnicos PNS na sede, vocês observam que o nível médio é pouco, na sede que eu falo é aqui na  
900 central, justamente porque ele é a congregação de expertise, é ele que vai elaborar toda a forma de  
901 trabalho e a unificação da forma de trabalho da vigilância. Nas regionais noventa e oito nível  
902 superior, noventa e oito nível médio dando então duzentos e noventa e sete. **(Augustinho Moro)** –  
903 Fábio, quanto tempo mais? **(Vigilância Sanitária. Fábio)** - É a última fala. **(Augustinho Moro)** –  
904 Então tá bom... **(Vigilância Sanitária. Fábio)** - Valor da capacidade de inspeção duzentos e noventa  
905 e oito, esse é o que tem lá. Pelo perfil duzentos e noventa e sete isso dá uma diferença de oito  
906 técnicos tá. Nós confiamos muito mais nesta distribuição, então duzentos e noventa e sete, esta é a  
907 proposta que a gente faz. Ok, muito obrigado, é isso aí. Estamos abertos a perguntas. **(Augustinho**  
908 **Moro)** – Conselheira Jucélia... Ah, desculpe. Conselheira Alzita então. A Jucélia apontou mais alto  
909 que você aqui, ela está na frente...**(Conselheira Alzita)** - Só a título de esclarecimento conselheiros e  
910 conselheiras o que motivou a gente enquanto comissão de RH e saúde do trabalhador trabalhar com a  
911 vigilância sanitária em relação a essa preocupante criação de cargos dos profissionais para  
912 trabalharem lá na fiscalização. Nós entregamos para o secretário enquanto presidente do conselho o  
913 plano de carreira que nós fizemos e lá houve uma discussão muito grande porque foi criado cargo de  
914 auditor, foi criado cargo via lei, foi criado cargo de auditor, foi criado cargo de médico supervisor,  
915 médico auditor, foi criado também cargos para advogados para concurso público provimento para  
916 concurso público e nós não conseguimos visualizar isto dentro da nossa lei de carreira, então o que  
917 surgiu, nós temos a lei 7.110 e a lei 7.110 trata de que, dos fiscais sanitários então porque não além  
918 de tratar dos fiscais sanitários eles tratam também da Secretaria Estadual de Saúde, fiscais da  
919 Secretaria Estadual de Saúde. Então nós optamos entendeu por criar dentro da 7.110 estes cargos para  
920 provimento efetivo. Vai ter grana, não. O governo apenas só vai gastar quando, quando oferecer o  
921 concurso público para os fiscais. Lembrando bem que estes 297 cargos que o Fábio apresentou ali  
922 além de ser provimento efetivo ele já está garantido o nosso quadro de carreira nesse plano novo,  
923 então quando vocês perceberam lá que no 11 A que seria criado no âmbito da Secretaria Estadual de  
924 Saúde 297 cargos de provimento efetivo de fiscal sanitário do Sistema Único de Saúde porque no  
925 71.10 também trabalha a Secretaria de Agricultura mas a Secretaria de Agricultura tem fiscais no  
926 INDEA, já tem fiscais no INDEA e os técnicos que trabalham lá na vigilância sanitária, a gente  
927 percebe que eles são apenas designados por portaria, gente isso é grave, muito, muito grave. Eles  
928 respondem processos civil criminalmente apenas como servidor porque apenas uma portaria que dá  
929 direito a ele fazer a função de fiscal. Então a gente optou por colocar como efetivo, provimento  
930 efetivo 297 cargos de fiscal tanto a nível superior como a nível técnico porque a gente percebeu que  
931 existe a necessidade de nível técnico, nosso plano de carreira agente acrescentou vários técnicos  
932 profissionalizantes como vários níveis superiores, perfil de nível superior para a vigilância sanitária  
933 também e aí a gente colocou o seguinte que eles exercerão as ações de fiscalização da vigilância  
934 sanitária conforme o artigo 6º da lei 71.10 e o artigo 11 também da lei 71.10 que mostra quais as  
935 ações que eles fazem e o que eles podem fiscalizar ou não. No parágrafo 1º é importante dizer que  
936 como eu falei para vocês, que esse quantitativo já está no nosso quadro de pessoal que os serviços  
937 profissionais necessários para esse fiscal sanitário também já está contemplado no nosso plano de  
938 carreira. Então a gente só não conseguiu criá-lo dentro do nosso plano de carreira porque teria que ter  
939 uma lei nova como foi do auditor. Então o que nós fizemos com o nosso plano de carreira quando a  
940 gente apresentou para o Dr. Augustinho, nós colocamos lá que cabe ao poder executivo criar o cargo

20



**SUS**

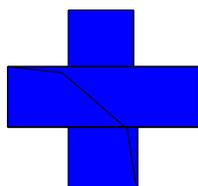
Sistema  
Único  
de Saúde

**Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342**  
**CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

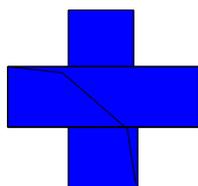
941 de provimento efetivo de fiscal sanitário do Sistema Único de Saúde na Secretaria de Estado de  
942 Saúde pra exercício, poderes e atribuições conferidas na lei 71.10. Então quando se vê lá artigo 6º ele  
943 diz assim “o controle sanitário compreenderá entre outras ações vistoria, fiscalização, lavratura de  
944 autos, intervenção, imposição de penalidades, trabalho educativo, coleta, processamento e divulgação  
945 de informações. Gente, se a gente não criar esse cargo que a gente está sugerindo aqui que coloque  
946 como resolução, faça uma resolução, essa resolução mandar para o governo, ele vai homologar e  
947 indicar para mandar a Assembléia Legislativa homologar isso aí. **(Augustinho Moro)** – Conselheira  
948 Jucélia. Conselheiro Ângelo. **(Conselheiro Ângelo)** - Eu gostaria de perguntar ao expositor o  
949 seguinte, esse número você chegou nele, levou em consideração os municípios que tem a sua  
950 fiscalização sanitária? Principalmente os grandes municípios, foi levado em consideração?  
951 **(vigilância Sanitária - Fábio)** - Foi retirado Cuiabá que já tem toda a descentralização Cuiabá, foi  
952 levado em consideração Rondonópolis que já tem boa parte com exceção de serviços de saúde nos  
953 hospitais, foi levado em consideração Cáceres que já assumiu também a parte de drogarias. Então foi  
954 retirado na hora da gente calcular aquela tabela que vocês viram com base no cadastro do SEFAZ,  
955 nós retiramos aquele cadastro que o SEFAZ nos mandou um banco de dados, então lá você tinha os  
956 CNAES, as regiões, os municípios onde eles estavam. Então nós filtramos todas essas questões pra  
957 gente chegar naquele número. Na verdade se a gente for considerar o cadastro do SEFAZ como um  
958 todo nos 196 CNAES contando com os municípios e sem filtrar aquilo que o município já assume dá  
959 em torno de 27 mil estabelecimentos. Então a grande massa é com os municípios, tá bom. Conselheiro  
960 **(Dr. Ângelo)** - Outra coisa senhor presidente seguinte, a gente vai votar tudo que foi proposto aí?  
961 Porque pelo que eu estou entendendo tá muito complicado para mim, eu não entendi muita coisa aí  
962 não. Então eu proponho o seguinte ou se faz uma relatoria e o relator analisa com todos os cuidados  
963 jurídicos e principalmente sanitários e trás aqui para nós ou então se cria uma comissão porque esse  
964 troço aí para mim tá complicado. Porque tem um linguajar aí que ele muda, umas coisas que ele  
965 muda eu tava olhando aqui e outra coisa não é porque São Paulo tá escrito que pode ser correto . São  
966 Paulo também tem muita coisa errada. Então eu acho que no meu entendimento, eu não tenho  
967 condições de votar o que foi apresentado aí. Essa é a minha preocupação, está certo. Muito obrigado.  
968 **(Augustinho Moro)** – Só para, até a título de esclarecimento Fábio, da pergunta do Dr. Ângelo.  
969 Quantos profissionais nós temos hoje que fazem os trabalhos de fiscalização? Cento e dezesseis, ok.  
970 Todo o estado e regionais. Cento e dezesseis somando os técnicos da sede e das regionais. Eu quero  
971 só dizer o seguinte são duas alterações diferentes a primeira é só do parágrafo 1º do inciso 14 tá certo.  
972 A grande questão que existe na verdade é assim, nós temos que fazer duas discussões, primeiro  
973 alterar para poder melhorar a capacidade de gerenciamento e ao mesmo tempo aumentar o quadro de  
974 pessoal tá bom, então são duas discussões diferentes tá ok. A proposta nossa está batendo nessas duas  
975 questões. A questão da alteração do código para melhorar o gerenciamento de risco é desvincular a  
976 questão da obrigatoriedade da inspeção como ferramenta única para liberação do alvará. Isso quer  
977 dizer o seguinte, vou explicar para os senhores isso em termos legais o que foi o entendimento da  
978 PGE. Seu estabelecimento entrou com um projeto arquitetônico da vigilância foi aprovado, está tudo  
979 pronto, está prontinho para funcionar tá certo. Pela lei atual você não pode abrir as portas até que a  
980 vigilância sanitária inspecione. Então quer dizer, você cumpriu com todo o seu papel que a legislação  
981 preconizava. A vigilância sanitária não tem prova nenhuma de que você está errado, mas pela lei ela  
982 não pode liberar enquanto ela não for inspecionada. Então por exemplo nós tivemos o caso de uma  
983 indústria de cosméticos aqui que ela ficou três meses fechada aguardando a inspeção com tudo  
984 pronto, funcionário, tudo pronto, projeto aprovado, tudo pronto tá, ficou três meses aguardando  
985 porque ela deu entrada em janeiro e era nos três primeiros meses do ano com o orçamento fechado,  
986 não tinha como por a equipe na rua, fora isso ainda tinha uma escala das outras empresas que tinham  
987 entrado antes. Então você tinha que dar todo aquele giro, tá certo. Então essa alteração da





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

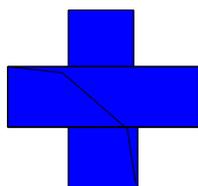
988 flexibilização Goiás já adota, Goiás adota antes de 2007, em 2007 eles revisaram o código deles e  
989 reafirmaram essa posição, São Paulo também já reafirma essa posição. Eu só quero mostrar o  
990 seguinte me salvem o engano na Secretaria de Meio Ambiente também já tem a carreira de fiscal e o  
991 código sanitário também cita a questão do meio ambiente. A única das secretarias citadas entre  
992 agricultura, ambiente e saúde que não tem ainda a questão da carreira é a saúde tá certo. Conselheiro  
993 Leandro. **(Conselheiro Leandro)** - Senhor presidente, Fábio eu concordo com você no que você  
994 falou do emprego 19, só que não é isso que fala o parágrafo 1º que foi alterado e isso me preocupa  
995 muito e eu queria saber o seguinte, a possibilidade da entidade que eu represento pedir vista disso,  
996 pedir trinta dias para analisar juridicamente isso, porque não está escrito isso daqui, não estou falando  
997 de quadro de funcionário, ele mesmo posicionou, nós temos duas discussões aqui dentro, nós temos  
998 uma de quadro de funcionário e uma de alteração de parágrafo e a de alteração de parágrafo não está  
999 me contentando nada. Primeiro porque não ficou claro, ele falou uma coisa e o que está escrito aqui é  
1000 outra. Ele falou de empresa nova que ficou três meses fechada porque não deu uma declaração, eu  
1001 concordo com ele, eu acho que tem que ter a declaração e depois a fiscalização só que aqui não fala  
1002 isso. Isso aqui fala que é uma empresa que está ativa, eu vou dar uma declaração ele vai lá e faz uma  
1003 fiscalização e me mete o ferro porque ele vai falar para mim que eu estou errado. Gente vamos parar  
1004 para pensar, eu não estou discutindo quadro de carreira, não falei isso aqui, estou plenamente de  
1005 acordo de contratar até os 900 fiscais para por na rua, porque hoje eu tenho hospital que reclama que  
1006 fica três anos esperando fiscalização. Vamos contratar sim, mas isso daqui não, eu quero prazo para  
1007 estudar isso juridicamente. Que nós temos competência e temos jurídico competente para isso. E  
1008 depois eu trago aqui para vocês e vocês votam do jeito que quiser. Obrigado. **(Conselheira Alzita)** -  
1009 Só um esclarecimento para o conselheiro Ângelo. Ângelo, não tudo bem, mas ele pediu vista no  
1010 parágrafo 1º do 14, ele não está falando do quadro de pessoal. Exato, entendeu. Então assim, quando  
1011 surgiu a necessidade de se fazer isto nós sentamos junto com a comissão de RH e saúde do  
1012 trabalhador, junto com a vigilância sanitária, junto com a assessoria jurídica do conselho e optou-se,  
1013 viu que realmente é factível fazer isso agora entendeu, o parágrafo 1º do artigo 14 entendeu é que  
1014 houve a motivação de fazer, de colocar na pauta o que ele colocou aqui eu acho que é, agora você  
1015 pediu vista para o artigo, isso que eu quero saber porque a minha situação enquanto RH e saúde do  
1016 trabalhador a preocupação é de nossos fiscais uma hora serem presos porque eles estão irregulares .  
1017 Agora o que nós propusemos aqui foi alteração, alteração não colocando apenas problema semântico  
1018 do artigo 8º no inciso 9º acrescentamos o quantitativo de carreira... É que vocês não tem esse  
1019 memorando...**(Conselheiro Carlos)** - Uma questão de ordem Dr. Augustinho. **(Augustinho Moro)** –  
1020 Questão de ordem Dr. Carlos. **(Conselheira Alzita)** - Espera aí só um pouquinho, espera aí só um  
1021 pouquinho. Eu tenho que defender os nossos servidores que são trabalhadores do Sistema Único de  
1022 Saúde e estão fazendo fiscalização. **(Conselheiro Carlos)** Alzita, Alzita a questão de ordem é o  
1023 seguinte, não cabe a discussão em cima do quadro da criação do aumento de fiscais. O que o  
1024 conselheiro Leandro solicitou foi vistas ao parágrafo 14. Essa proposta vai continuar em discussão  
1025 ainda dos fiscais, ele pediu vistas ali, então nós estamos discutindo, nós estamos adiantando o  
1026 processo. **(Conselheira Alzita)** - Tudo bem, só a título de encaminhamento Carlinhos. **(Conselheiro**  
1027 **Carlos)** - Então. **(Conselheira Alzita)** - Só a título de encaminhamento, eu sugiro que o artigo 8º, 9º  
1028 o 10º A e seus incisos, entendeu, sejam colocados em resolução e aí fica esse parágrafo 1º do artigo  
1029 14. **(Conselheira Aparecida)** - Conselheira Alzita, questão de ordem. **(Augustinho Moro)** – Só um  
1030 minutinho. Duas questões de ordem. Conselheira Aparecida e conselheira Lilian. **(Conselheira**  
1031 **Aparecida Amorim)** - Vista de processo é legítima, nós temos que respeitar, inclusive todo o  
1032 processo ele pode rever. Ele pode ver todo o processo e nós temos que respeitar. Isso é uma questão  
1033 legítima a gente não tem que discutir vista de processo. **(Augustinho Moro)** – Conselheira Lilian  
1034 **(Conselheira Lilian)** - É isso mesmo que eu ia falar, eu concordo com a conselheira Aparecida, a





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

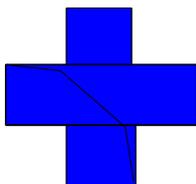
1035 questão de pediu vista não tem mais o que discutir, encerrou o assunto. Passa para o próximo ponto  
1036 de pauta gente, não tem mais o que discutir isso. **(Conselheira Alzita)** - Gente eu falei só para  
1037 esclarecimento, porque ele foi claro, ele falou não sou contra quadro de pessoal, eu quero apenas  
1038 discutir, pedir vista no parágrafo 1º do artigo 14. **(Augustinho Moro)** - Senhores, pois é, aí que eu ia  
1039 entrar exatamente nessa questão. A discussão aqui ela está conjunta quer dizer ela é um conjunto  
1040 alteração em um artigo que acaba trazendo uma outra situação. Então é isso ou havendo um  
1041 desmembramento posterior a isso ou então o conselheiro Leandro pediu vistas deste assunto mas que  
1042 está inserido a questão do quadro, ele vai até a discussão do artigo mas está tudo junto aqui na  
1043 apresentação, então está no mesmo item de pauta. É isso, eu acho que é essa a discussão que está aqui  
1044 colocada. **(Conselheira Alzita)** - Então tá, qual seria o prazo então? É na extraordinária ele não vai  
1045 estar aqui... **(Augustinho Moro)** - Por favor, senhores conselheiros... Seria na próxima reunião  
1046 ordinária. Conselheiro Leandro a próxima reunião ordinária o senhor traria o resultado. **(Conselheiro**  
1047 **Leandro)** Senhor presidente, eu quero deixar mais uma vez a coisa clara aqui. O meu negócio é no  
1048 parágrafo 1º, eu não sou contra o aumento de fiscal gente, pelo amor de Deus, só que aqui não me  
1049 deixa claro quem é que vai dar a declaração, a partir do momento que você faz uma declaração falsa,  
1050 você tá no. **(vigilância Sanitária - Fábio)** - É a empresa que dá a declaração. Aqui ó, para a  
1051 concessão e renovação do alvará de licença de funcionamento os estabelecimentos do cap. deste  
1052 artigo deverão encaminhar a autoridade sanitária competente declaração de que suas  
1053 atividades... Conselheiro Leandro: Sim, mas são todas. **(vigilância Sanitária - Fábio)** - Hã?  
1054 **(Conselheiro Leandro)** - No cap fala, são todas de saúde. Você não fala se é nova, se é velha, se  
1055 começou hoje. **(Augustinho Moro)** - Senhores. **(vigilância Sanitária - Fábio)** - Sim, mas é para  
1056 renovação da concessão... Isso aqui ó, concessão e renovação, tanto faz a nova, quanto a antiga.  
1057 **(Augustinho Moro)** - O conselheiro Leandro pediu vistas ele vai estar analisando com a entidade  
1058 dele a questão parágrafo 1º do artigo 14, mas o assunto está sendo tratado conjuntamente. Não houve  
1059 de forma nenhuma dele questionando a questão da criação dos cargos e etc e tal. Então que a gente na  
1060 próxima reunião que a gente pudesse ter uma deliberação em relação a isso de forma conjunta, ok.  
1061 **(Conselheira Alzita)** - Então ficaria na próxima reunião ordinária. **(Augustinho Moro)** - Isso, na  
1062 próxima ordinária. Cadê a nossa secretária executiva? Desculpa Ana o povo tá dizendo que você foi  
1063 ao banheiro, mas você está aí, é que posso haver deliberações, eu preciso ir até o Centro de Eventos  
1064 Pantanal não daria tempo Ana deu ficar aqui se não vou chegar lá... vou dar uma olhada no material  
1065 da apresentação ainda **(Ana Maria boabaid)** - É, eu fico triste porque infelizmente a secretaria  
1066 executiva ta sempre só, porque o presidente... Difícil, eu não ia falar isso. **(Augustinho Moro)** - Mas  
1067 o conselho vai estar muito bem representado pelo vice-presidente Carlinhos Eilert. **(Ana Maria**  
1068 **boabaid)** - Tudo bem quem assina é o senhor doutor. Gente pelo regimento interno, nos tínhamos que  
1069 fazer essa apresentação de 3 em 3 meses porque ele norteia o quê que o conselho, é um dos norte o  
1070 quê que conselho ta fazendo, o que ta realmente precisando eu sinceramente não consegui fazer um  
1071 todo, é mas eu vou mostrar pra vocês e nós já tamos eu to há 4 meses, 5, um como secretária h que  
1072 foi ADOC e mais 4 como secretária ai em julgamento por nepotismo ainda, Vamos, aqui a desgraça-  
1073 pausa, aqui nós temos h, segue-se a prestação de conta que compreende o período de 22 de junho a  
1074 31 de outubro de 2009, das ações realizadas pela secretaria geral em cumprimento às solicitações e  
1075 encaminhamento das comissões especiais permanente do conselho estadual de saúde, e também  
1076 deliberação do preno conforme apresentamos a seguir: São orçamentárias da fonte 134 nós temos  
1077 hoje, nós tínhamos inicialmente um saldo de R\$ 635.920,00, nós temos hoje R\$ 15.000,00  
1078 bloqueado, nós temos R\$ 416, 685,19 empenhado, nós temos liquidado R\$ 270.969,00, nós temos  
1079 pago R\$ 265.182,43, e nós temos com saldo disponível ainda de R\$ 201.244,00 sendo que isso aqui  
1080 ainda não esta empenhado o recurso que vai ser utilizado na plenária que nós vamos por motivo de ...  
1081 da questão da licitação da SAD, é nós vamos ta fazendo só amanhã. Nós temos diárias fonte 134, nós





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1082 tínhamos um saldo atual, é tinha um saldo de R\$ 286.720,00 nós temos broque, não temos nada  
1083 bloqueado, nós temos empenhado R\$ 236.005,00 liquidado nós temos R\$ 231.000,00 nós temos pago  
1084 R\$ 228.000,00 e hoje nós temos disponível R\$ 10.715,00 inclusive esse R\$ 10.715,00 ta aquele  
1085 remanejamento de R\$ 5.000,00 seu Mário, que nós tivemos na semana passada, retrasada é fazer  
1086 transferência de recursos porque já tinha saído a autorização, diária e faltou recurso, então a gente  
1087 fez um remanejamento que hoje tem um saldo de R\$ 10.715,00. Material de consumo, bom nós temos  
1088 hoje disponível R\$ 5.606,25 nós temos pago R\$ 3.940,00 liquidado R\$ 3.440,00 empenhado R\$  
1089 4.000,00, nós temos empenhado aqui, esse empenhado ainda não foi liquidado, então é bom gente ta  
1090 atento se ele ta empenhado e num foi liquidado vai cair aqui o saldo disponível, então de material de  
1091 consumo, pra mim a gente já não tem quase nada inclusive porque pra plenária ta sendo é são 4  
1092 eventos em um, que nós temos o evento da mobilização que é da 3060, nós temos a plenária nós  
1093 temos a caravana e o seminário. Passagens hoje nós já estamos com saldo zero, temo um saldo atual  
1094 de R\$ 25.000,00 foi empenhado 25 liquidado e pago então nós não temos mais recursos para  
1095 passagens. Consultoria, consultoria tinha um saldo de R\$ 3.594, 00 não foi liquidado ainda continua  
1096 com o mesmo saldo. Serviços de terceiros nós tínhamos um saldo de R\$ 16.700,00 tem R\$ 15.000,00  
1097 bloqueado e empenhado R\$ 8.315,00 liquidado R\$ 1.615,00 pago R\$ 900,00 e disponível R\$  
1098 33.385,00 isso com remanejamento. Serviços de terceiros e pessoa jurídica esse saldo na verdade que  
1099 os temos aqui vai ser quase todo utilizado na plenária, nós não temos nada bloqueado e temos  
1100 também saldos empenhados ainda. Material permanente também nós já quase não temos recurso e  
1101 tem algumas solicitações inclusive que eu pedi paro seu Emanuel, que ele vai ver se ainda consegue  
1102 liberar alguns equipamentos que foram solicitados e que tem esse saldo disponível, mas é, ele num  
1103 foi liquidado ainda um certo recurso que talvez vai te que rever esse recurso ai do saldo disponível.  
1104 Nós temos ai o R\$ 70.000,00 da obra que era a construção do espaço do PANCELHO e esse recurso  
1105 já foi pedido a transferência porque esse ano num tem mais prazo, mais aqui ainda continua como  
1106 prazo é, é saldo disponível porque ainda não saiu o ato do governo, enquanto não sai o ato continua  
1107 disponível. As viagens executadas pelo monitoramento e cooperação técnica, nós temos aqui gráfico  
1108 de visitas no mês de junho, nós tivemos Poxoréu, Ribeirãozinho, Novo São Joaquim, Campinápolis,  
1109 Lambari do Oeste, Rio Branco, Tesouro, São José do Povo e Torixoréu. Os gráficos de visita de julho  
1110 Sorriso, Santa Carmem, Itiquira, Pedra Preta, Vila Bela, Pontes e Lacerda, São José do Xingu,  
1111 Guiratinga, Apiacás, Nova Bandeirantes, União do Sul, Marcelândia, Santa Cruz do Xingu e Sorriso.  
1112 Junho nós temos Confresa, Barão, bom pode até passar assim que a gente fez forma lá na frente à  
1113 gente faz uma tabulação vamos lá seu Mário, então nós temos de todos os meses, outubro ai vamos  
1114 seu Mário, ai os gráfico dos meses estão assim, nós temos 30 municípios em mês de julho, junho nós  
1115 fomos em 8 municípios, em julho 30, agosto 23, setembro 20 e outubro 20, esses municípios só dão  
1116 monitoramento e não da, 3060 que é da sensibilização para implantação das secretarias executivas e  
1117 ouvidorias, sendo que a gente tava até discutindo isso na verdade quando o conselho vai no  
1118 município ele já faz essa sensibilização ao longo acho que de todos ais porque ele olha a lei, ele olha  
1119 se tem a ouvidoria, se tem secretaria executiva ele já faz uma sensibilização de alguma forma, vamos  
1120 lá seu Mário. Bom, nós fizemos as resoluções inclusive a conselheira Jucélia vivia me cobrando essa  
1121 resolução aqui h, todas as resoluções hoje até falei com doutor Augustinho, acho que tem ser  
1122 discutido essa questão da resolução, porque é o que se delibera no preno pra se tornar um documento  
1123 é que vale tenha valor de lei tem que ser resolução se for só um ofício ele não é, não tem força de lei,  
1124 então ele até fala pra mim mas você gosta de resolução, porque todas deliberações que a gente tem  
1125 sido feitas deliberação a gente acolhe e envia como resolução, e ele me falou que sai muito caro é R\$  
1126 180,00 cada resolução, ai eu falei bom isso ai vai ter que ser conversado no preno, faz se resolução  
1127 ou não faz o que e que se delibera pra fazer ou não fazer resolução foi o caso da cardiologia que a  
1128 gente encaminhou como resolução recomendativa e quando também nós tivemos duas que voltou foi

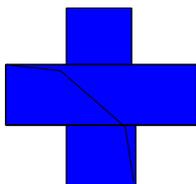




**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1129 a resolução recomendativa da cardiologia e a resolução ad referendum quando os conselheiros  
1130 precisavam deliberar paritariamente 4 conselheiros para ir para o evento a nível nacional da saúde  
1131 mental e não dava tempo de vir ao pleno ai nós mandamos ad referendum, mas ele assumiu eu vou  
1132 levar pro pleno não como resolução mas no nosso regimento interno não fala de resolução, então nós  
1133 temos aqui essas resoluções dos balanços do ministério público ai eu até coloco vai em cima, pode ir  
1134 passando, estão todas as nossas resoluções e elas estão todas publicizadas, pode subir seu Mário, as  
1135 resoluções é quando por exemplo um conselheiro ele assume uma comissão quando se faz a  
1136 resolução ele tem um documento pra ele participar é, como documento e se gente não faz a gente vai  
1137 ter pedir uma declaração do conselho que não é o uma, não é, não tem força de lei então pode mostrar  
1138 as resoluções. Bom eu queria fazer pra vocês, vai seu Mário, aquela outra parte que é a prestação, que  
1139 é o recurso todo, eu queria mostrar pra vocês e eu não tive como fazer isso assim esmiuçadinho  
1140 mesmo, mas eu vou ta colocando eu fiz isso em, nós já estamos com as, com os documentos em  
1141 material assim, eu vou ta mandando por e-mail para os conselheiros porque eu acho que essa  
1142 apresentação é assim um repensar do conselho um norte, é ver que o que, que impacto que ta sendo  
1143 feito isso, como é que foi gasto é como é que ta qual que é o retorno disso tudo, então é nós temos,  
1144 por exemplo, remanejamento de recursos, aquela tabela seu Mário quando Ambrósio falava do  
1145 orçamento geral, aqui, por exemplo, nós tivemos remanejamento de R\$ 30.000,00 Patrícia, que foi  
1146 feito que é foi após aquele ato do governo estadual no qual as pessoas criou-se mas um, uma natureza  
1147 de despesa , então transferiu da fonte, espere ai deixa eu ver qual fonte que é 134 para a fonte 136  
1148 que foi criada não foi a 52, espere ai, foi a 36 pra quem não tem vinculo então teve que fazer esse  
1149 remanejamento, ai tira de um lugar e quando assusta esse lugar também já fica pendente você tem  
1150 que remanejar, então eu vou fazer o seguinte com a dificuldade da apresentação vou ta mandando  
1151 esse relatório pra vocês, vou ta mandando também das resoluções que tão aqui e também do  
1152 monitoramento, do monitoramento e inclusive ta aqui do monitoramento os fizemos o relatório com o  
1153 nome de todos que viajaram, os municípios que participaram , e eu queria falar pra vocês que hoje eu  
1154 tinha vindo até pronta pra entregar o cargo da secretaria executiva tá! Eu vim com intuito de  
1155 entregar eu já tinha falado com doutor Augustinho só que falei pra ele que eu vou entregar o cargo  
1156 porque assim que sair meu ato, porque pra mim assim até é uma questão pessoal porque eu tenho  
1157 certeza que não é nepotismo, que não é ilegal e porque a Leila apesar de ser minha irmã ela não  
1158 delibera, e foi até engraçado porque quando falei com ele hoje liguei pra Leila ela disse não to  
1159 sabendo nada, eu falei olha mais uma vez comprova que a gente não tem assim esse vinculo de irmã  
1160 forte assim pra essas coisas. Bom, mais eu não vou entregar hoje porque não saiu o ato e eu estou  
1161 aguardando assim que sair a gente vai ta entregando o cargo de secretaria executiva. (**Carlos Alberto**  
1162 **Eilert**) - Muito bem, vamos lá então. Nós temos já alguns conselheiros inscritos e eu só queria fazer  
1163 uma pergunta, eu fiz um pedido por escrito à secretaria executiva e eu quero saber porque não foi  
1164 disponibilizado no e-mail ou por papel as viagens dos conselheiros, nós pregamos a transparência e  
1165 nós não somos transparentes para nós mesmos? Porque que não disponibilizado até hoje, já vai pra  
1166 quase um mês, quem o mês que vai quem vai viajar, pra onde vai nós não temos que esconder de  
1167 ninguém. (**Ana Maria Boabaid**) - Presidente, Carlinhos desde que assumi uma das coisas que eu  
1168 gosto é comunicação no entanto eu tentei colocar o máximo que pude é, é, para todos os conselheiros  
1169 e uma das planilhas que eu é, é, solicitei com técnico disponibilizasse e não foi possível porque a  
1170 comissão não deliberou para que fosse colocado, então isso é um problema de resolver... (**Carlos**  
1171 **Alberto Eilert**) - Acho que nós temos que discutir numa próxima reunião essa situação, da comissão  
1172 de monitoramento porque não pode disponibilizar, a gente prega transparência e nós escondemos pra  
1173 nós mesmos. Bom, primeira inscrita Clélia. (**Conselheira Clélia**) - Bom, eu gostaria aqui de  
1174 parabenizar Ana o trabalho que foi feito, juntamente com os técnicos a gente sabe que tudo é uma  
1175 mudança de comportamento esse, essa apresentação assim os trabalhos que o conselho vem

25



**SUS** Sistema  
Único  
de Saúde

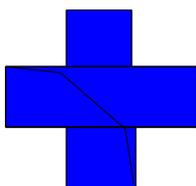
**Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342**  
**CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1176 desenvolvendo ela assim até hoje eu não vi uma apresentação dentro do conselho nesse porte, mais  
1177 eu percebi eu vi la dentro do Conselho ontem, hoje o quanto que os técnicos também apesar de as  
1178 vezes algumas dificuldades mas se prontificaram em estar ajudando pra trazer essas informações ao  
1179 pleno do conselho que é justo trazer pro conselho as ações que ele promove porque muitas vezes esta  
1180 no PTA, esta no nosso plano de trabalho e nós mesmos não trazemos pro nosso pleno, pra nosso  
1181 plenário nós não trazemos pra esse conhecimento que é que estamos fazendo a nível de conselho no  
1182 município, no próprio estado. Então assim eu quero você a sua equipe que também participou pra  
1183 elaboração desse material e eu acredito que a transparência é o melhor remédio para que não haja  
1184 tanta corrupção, porque a corrupção advém da não transparência de gestão, e essa transparência de  
1185 gestão mostra realmente que você e a equipe que esta com você trabalhando ela não tem esse  
1186 perfil. Então assim muito interessante eu fico muito contente e ao mesmo tempo triste em saber que  
1187 você esta se esmerando muito pra que haja essa apresentação, haja essa comunicação das ações do  
1188 conselho estadual de saúde mas que você esta já pedindo é sua ausência , a sua saída do conselho não  
1189 mais, fica aqui meu parabéns. **(Carlos Alberto Eilert)** - João Luiz Dourado, representando a CUT.  
1190 **(João Dourado CUT)** - Quero também parabenizar a Ana e apesar de que, viu Ana você ai um inicio  
1191 do processo e que isso já era pra ter sido feito há muito tempo, mas eu acho to sentindo que já ta  
1192 iniciando um processo e que eu acho que é a idéia é ampliar mais isso, eu acho que temos que criar  
1193 indicadores no monitoramento hoje eu acredito que o conselho estadual de uma maneira estadual  
1194 sabe quanto municípios reformularam as suas leis com ação do monitoramento, quantas ouvidorias  
1195 foram implantadas com a ação do monitoramento acho que isso com o conselho quer conhecer até  
1196 pro conselho dizer que essa política tem que continuar ela tem que ser melhorada, então eu acho que  
1197 é um passo inicial com relação eu sou da comissão de monitoramento com relação de dizer é no mês  
1198 pra onde que os conselheiros vão, acho que isso tem que ser divulgado não tem problema dizer por  
1199 que o João Dourado amanhã vai viajar para Barra do Bugres e Tangará da Serra pra fazer  
1200 sensibilização de implantação de ouvidorias de controle social eu acho que isso tem que ser  
1201 divulgado tranquilamente, eu acho que deveria ser mensal toda 1ª reunião do conselho você  
1202 apresentar que o conselheiro João Dourado e que os demais conselheiros tiveram no município tal  
1203 fazendo isso, isso e aquilo fortalece até a ação do monitoramento até que os demais conselheiros que  
1204 não viajam vão poder entender essa ação do monitoramento. Com relação as resoluções eu acho que  
1205 teria que criar um mecanismo que dizia o seguinte: Resolução aprovada, resolução homologada  
1206 pelo gestor estadual e resolução que deu resultado e que foi executado acho que é importante porque  
1207 o conselho as vezes a gente aprova uma resolução às vezes ela não é nem homologada e nem  
1208 executada então criar um mecanismo que dizia assim o conselho aprovou a resolução tal e ela foi  
1209 homologada e esta sendo executada ou foi executada, criar um sistema assim que ai a gente vai ficar  
1210 sabendo que claro que determinados ações nossas aqui claro não precisa ser transformada em  
1211 resolução até porque a gente pode ter resolução deliberativa, resolução recomendativa, de moção,  
1212 então eu acho que não tenha uma outra forma do conselho é divulgar suas ações através das  
1213 resoluções por que não tem outro meio esse é como assim o poder executivo é através da portaria ou  
1214 decreto assim como a assembléia legislativa tem essas questões de lei, então eu acho que não é  
1215 oneroso é a Secretaria Estadual de Saúde ter que pagar R\$ 180,00 por que nós temos que divulgar  
1216 nossas ações que é pra através de que, através de resolução pra gente depois não ser cobrado pelo  
1217 ministério da saúde e que nós aprovamos e não emitimos a resolução. **(Carlos Alberto Eilert)** -  
1218 Conselheira Leila Boabaid, sem nepotismo. **(Conselheira Leila Boabaid)** - Primeiramente eu  
1219 gostaria de parabenizar você Ana, na condição de secretaria executiva e toda sua equipe que já é de  
1220 conhecimento de sua eficiência e a da equipe também. A gente fica bastante contente com prestação  
1221 de contas das ações do conselho de forma transparente isso vai nortear, como é que a gente vai agir  
1222 daqui pra frente, onde é que a gente esta errando, como é que este monitoramento ta trazendo

26



**SUS** Sistema  
Único  
de Saúde

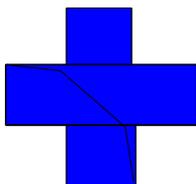
**Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342**  
**CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1223 resultado, para que a gente possa estar subsidiando este pleno nas tomadas de decisões. Eu acho que  
1224 essas ações elas estão criando indicadores, como foi bem colocado pelo João Dourado para que a  
1225 política, nós possamos estar subsidiando a gestão na tomada de decisões, não só cobrando. Quanto à  
1226 questão que Carlinhos ta ai me provocando não posso deixar de como toda Boabaid não posso deixar  
1227 de reagir quanto à provocação, desde o inicio nós sabíamos que existe nepotismo, porque Ana não  
1228 iria concorrer a um cargo que a gente pudesse estar sendo expostas, ela bem colocou pra mim, mas  
1229 infelizmente tem pessoas que não procuram assim a estudar, a se ater a determinadas decisões, as  
1230 instâncias e não tem conhecimento que instâncias do conselho estadual não é subordinado a gestão,  
1231 então é o caso Carlinhos, eu sou subordinada a gestão, Ana no conselho estadual na condição de  
1232 secretaria executiva e ela não esta subordinada a gestão, mas sim ao pleno deste conselho. Então  
1233 tenho certeza que a PGE, vai tomar um parecer favorável porque ela foi questionada da incerteza que  
1234 procuradora geral do estado, ela vai ser favorável a manutenção de Ana nesse cargo porque ela  
1235 concorreu, ela preencheu todos os requisitos de um edital e também passou pela comissão de ética do  
1236 conselho, ela passou pela avaliação do pleno e do voto, democraticamente falando. Eu acho que o  
1237 maior ganho nisso tudo durante esses anos que a gente conhece o controle social, vem estudando,  
1238 vem se aprofundando, e eu inicie toda minha vida dentro do SUS amo o SUS de paixão até por causa  
1239 da Ana. Olha só, a Ana foi a primeira pessoa que me falou sobre o SUS na minha profissional e daí  
1240 que comecei a estudar através do controle social e que acabei engajando na área de gestão da saúde e  
1241 eu muito aprendi com a Ana, eu acho que as vezes a Ana é muito radical, mas ela cobra pesado e Ana  
1242 traz resultados, eu to falando isso aqui não só como irmã, mas do profundo respeito que tenho  
1243 também por ela tanto como pessoa como profissional, ela mexe muitas vezes nos interesses, Ana é  
1244 uma pessoa assim que realmente é muito transparente, e eu acho que o conselho vai perder muito  
1245 com a saída de Ana, foi uma pena, é pena e do jeito que eu a conheço tenho certeza que ela vai sair  
1246 mesmo, mas pelo menos ela plantou uma sementinha, e que pela 1ª vez nesse pleno apresentou aquilo  
1247 que a gente faz a gente cobra tanto dos outros mas a gente não olha próprio umbigo, então pela 1ª vez  
1248 alguém fez isso, eu acho que é um passo, um resultado muito importante Ana que você deu, tava no  
1249 nosso regimento interno e agente tem que admitir nossa culpa, nós nunca cobramos, parabéns a você  
1250 a toda sua equipe muito obrigado. **(Carlos Alberto Eilert)** - Espero que Ana repense e fique com  
1251 gente, Dr. Ângelo representando a Universidade Federal de Mato Grosso. **(Dr. Ângelo)** - Eu não  
1252 conheço nepotismo em cargo eletivo, mas vamos aqui, Ana você colocou aqui que pra cada decisão  
1253 ou resolução tem que ser publicada se gasta R\$ 180,00? Bom na minha proposta é o seguinte, deve se  
1254 dispor da imprensa diário oficial as coisa que se refere que interferem no todo e não um problema  
1255 interno do conselho, vamos dar um exemplo, vai entrar uma nova conselheira, precisa ser publica  
1256 uma resolução não, no meu entendimento é uma coisa interna, se ela precisa de uma declaração aqui  
1257 tem poder pra isso, mas toda resolução, não tem alguma coisa errada ai, não é possível alguma coisa  
1258 ta errada porque no meu entender, no meu senso, bom senso é que as coisas que interferem com os  
1259 municípios. **(Ana Maria Boabaid)** - É ato, nesse caso é ato. **(Dr. Ângelo)** - Ai tudo bem, mas  
1260 resolução de trocas tem ser publicado, nossa então vai gastar muito dinheiro ai, bom agora em  
1261 relação ao problema Ou Ana eu estou entendendo que você só sairá se a PGE der um parecer que  
1262 você não pode continuar?! **(Ana Maria Boabaid)** - Que eu posso que eu posso continuar. Eu ainda  
1263 estou de honra aqui esperando a PGE falar que posso continuar. **(Dr. Ângelo)** - E daí?! **(Ana Maria**  
1264 **Boabaid)** - Ai eu saio. **(Dr. Ângelo)** - Ah bom! Então considerando-se isso a minha proposta é a  
1265 seguinte para que não sofra solução de continuidade, já que para o cargo foram 2 candidatos, que ao  
1266 invés de ter nova eleição que automaticamente chame o que foi 2º colocado é a minha proposta que  
1267 eu trago pra não sofrer solução de continuidade, ta certo?! Porque se você falar peremptoriamente  
1268 não vou continuar bom, alguém terá que entrar no lugar, então já que o outro candidato que teve  
1269 praticamente, a minha sugestão é essa, que automaticamente o chame e já entre em contato com você

27



**SUS** Sistema  
Único  
de Saúde

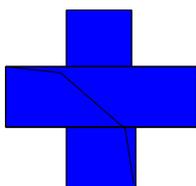
**Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342**  
**CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1270 e já tome, aliás eu acho que ele já até trabalha lá, eu não lembro o nome dele. Então a minha proposta  
1271 é essa, aliás é bom ficar bem claro eu nem falei nada com ele e nem vice-versa, essa idéia surgiu  
1272 agora, porque problema pra mim tem que ter, não pode sofrer solução de continuidade, não pode. O  
1273 conselho não pode ficar parado pra esperar uma eleição que vai ser convocado daqui 30 dias ou daqui  
1274 sei lá quantos dias, é a minha proposta que eu trago, ok, muito obrigado. **(Carlos Alberto Eilert)** -  
1275 Lilian. **(Conselheira Lilian)** - Conselheira Lilian representante da associação mato-grossense de  
1276 deficiente eu faço minha, as palavras dos outros companheiros, questão da apresentação também a  
1277 gente é de acordo acha que é legítimo, foi muito a apresentação da Ana, não acho que tem ser  
1278 emperrado o conselho tem que ser bem claro, bem explicito tem que mostrar como as atividades dele  
1279 tem sido feita, apontar as melhora, o que pode ser melhorado, claro que a gente tem muito a crescer  
1280 isso aqui é um galgar e a Ana trouxe isso pra gente e a gente pode estar visualizando. Quanto o que o  
1281 conselheiro o colega Dr. Ângelo falou realmente aconteceu também na posse do vice-presidente  
1282 Lelinha infelizmente também não, por motivos pessoais dela, nos deixou e o vice assumiu, mas isso  
1283 aí é num outro momento que a gente vai discutir porque hoje a gente não pode nem estar pensando  
1284 nisso, porque a Ana ainda é nossa secretaria executiva e não tem que, não pode ficar discutindo esse  
1285 assunto, eu acho que não é nem ético. Mas ótimo a apresentação foi muito boa sim Ana. **(Carlos**  
1286 **Alberto Eilert)** - Conselheira Antonia eu posso não ter enxergado. Aparecida pode falar Maria  
1287 Aparecida. Clélia. **(Aparecida Clélia)** - A Antônia passou pra mim, obrigada Antonia. Eu sou uma  
1288 pessoa que constantemente nas apresentações da própria política, nas apresentações dos resultados eu  
1289 sempre pontuei a necessidade do conselho também fazer essa apresentação e ter essa transparência. E  
1290 uma das coisas que me chama atenção é a questão do volume gasto com diárias e foram apresentadas  
1291 as viagens de monitoramento que é uma das questões que mais salta aos olhos desse trabalho. Se não  
1292 me falha a memória eu fui a única pessoa que compilei um relatório com todos os dados em 2006 da  
1293 comissão de monitoramento por solicitação na época da Magali que era secretária. Juntei todas as  
1294 viagens, compilei um dado que depois foi até usado e recebeu um prêmio, foi publicado por uma  
1295 revista do Conselho Nacional de Saúde, não publicado por mim, mas publicado por pessoas aqui do  
1296 conselho, todo mundo tem conhecimento disso. E ainda me chama a atenção por todas essas viagens,  
1297 por todos esses gastos, por todo esse monitoramento nós não temos oficialmente um produto  
1298 apresentado a esse pleno como resultado de tudo isso que é feito. Acho louvável o trabalho, eu viajei  
1299 uma, duas vezes pela comissão de monitoramento, mas eu penso que nós devemos ter um pouco mais  
1300 de resposta a esse trabalho com publicações. É isso que valoriza o trabalho, é você publicar, é você  
1301 trazer resultados, é você dizer o que está sendo feito essa é uma questão. Outra questão é  
1302 monitoramento é feito exclusivamente por conselheiros, técnicos não fazem monitoramento, quem  
1303 faz monitoramento é conselheiro e isso não fica claro na apresentação porque nós não temos esse  
1304 relatório. Então eu gostaria de deixar isso aqui registrado, que nós precisamos apresentar produto,  
1305 porque não foi apresentado em 2007, não foi apresentado em 2008 e 2009 nós também não temos  
1306 esses relatórios dizendo o que se encontrou, o que foi feito, qual o resultado, quantos municípios  
1307 foram reavaliados, nessas revisitas, nessas reavaliações, nesse re-monitoramento houve uma mudança  
1308 efetivamente, qual a qualidade desse trabalho? O que nós estamos fazendo, qual o resultado? Porque  
1309 eu vejo isso como gasto, é gasto de saúde, são gastos necessários, mas ao mesmo tempo quando nós  
1310 estamos lá na ponta e não temos uma médica, não tem dinheiro para pagar uma pessoa para atender  
1311 paciente que está morrendo na fila do hospital, eu fico pensando o que nós estamos fazendo? O que  
1312 nós precisamos fazer? O que é mais importante? Então nós precisamos de resultados, nós precisamos  
1313 efetivamente que esse monitoramento diga a que ele veio e qual o resultado dessa política porque nós  
1314 temos também que é nossa próxima pauta a capacitação de conselheiros. Monitoramento não  
1315 substitui capacitação de conselheiros de agentes sociais. Então a gente tem que ter isso claro, a gente  
1316 tem que ter isso como política e como o norte de um trabalho. É isso que eu gostaria de registrar.

28



**SUS**

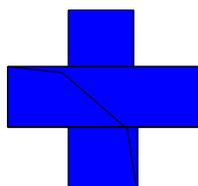
Sistema  
Único  
de Saúde

**Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342**  
**CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1317 Acho importante seu trabalho Ana, estou com uma pulga atrás da orelha porque fico perguntando  
1318 para você aqui, porque essa decisão sua, que deve ser uma decisão pessoal, mas eu acho que é  
1319 importante a gente trabalhar para que as coisas sejam efetivamente modificadas. Eu acho que  
1320 transparência, essa é a forma da gente deixar as coisas claras mostrar o resultado em todos os  
1321 sentidos. **(Carlos Alberto Eilert)** – Ok, Antônia agora por favor. Passou, ok. Edvande o último  
1322 inscrito depois nós vamos continuar a pauta. Primeiro Edvande, depois o Antônio, depois eu falo.  
1323 **(Conselheiro Edvande)** – Eu quero aproveitar para solicitar a inclusão de pauta na próxima reunião  
1324 ordinária da avaliação trimestral de toda a política da Secretaria Estadual de Saúde que já está lá e os  
1325 conselheiros que fazem parte da comissão de planejamento e orçamento nós vamos nos reunir na  
1326 sexta-feira às 14 horas para fazer essa avaliação. Até falei com a Ana que ela esperasse para  
1327 apresentar tudo junto, mas ela achou importante fazer separado, eu acho que a questão administrativa  
1328 não há problema. Outro ponto que eu vejo na questão de monitoramento, o relatório eu não sei  
1329 porque não foi feito. A Leila quando era secretária dessa comissão, a gente por duas vezes autorizou  
1330 a contratar pessoas para fazerem esse relatório e isso não aconteceu. Parece que não é culpa do  
1331 monitoramento e sim uma falha administrativa. O que eu vejo por exemplo, eu que estou neste  
1332 conselho desde o começo, Dr. Ângelo é um dos companheiros que esteve aqui desde a aprovação da  
1333 lei complementar 2292, na verdade a gente trabalhou com muita demanda. Em Rosário Oeste tinha  
1334 um problema no hospital lá Dr. Lourenço, Alírio cansaram de ir em Rosário isso é o máximo que a  
1335 gente fazia era com denúncia e com demanda. E a gente verificou que esses conselhos na verdade  
1336 não existiam, não tinham lei, não funcionavam, não reuniam, não tinham nada e que hoje apesar dos  
1337 quatro anos de monitoramento a troca de conselheiro e de prefeito é constante. Então eu que estou  
1338 aqui desde o começo tem um disco meu que já está até furado, mas as pessoas são novas, então o  
1339 monitoramento é importante, nós temos que renovar de acordo com as nossas propostas, nós temos  
1340 que falar de planejamento, orçamento e finanças. Temos que levar maiores informações porque no  
1341 interior se esconde muito as coisas. A informação que chega no interior não é a mesma que sai daqui.  
1342 Por exemplo, agora a plenária de conselheiros já enviou quatro ofícios e quando chega lá ninguém  
1343 viu, ninguém sabe. O computador confirma que foi enviado, então eu vejo que monitoramento é  
1344 importante, para mim que nunca quis viajar, na época que ia Lourenço e Alírio eu ficava até com  
1345 medo da estrada, eles falavam das condições da estrada, dos carros. Esse monitoramento não é para  
1346 ninguém ganhar diária, foi uma reivindicação desde a segunda conferência estadual de saúde no  
1347 distanciamento que tinha entre os três conselhos e a dificuldade que tinha de entendimento da  
1348 legislação. Nós estamos fazendo monitoramento obedecendo à legislação. Agora não pode viajar sem  
1349 nada porque a lei fala que o estado, a União e o Município têm que garantir a infra-estrutura e o  
1350 funcionamento desses conselhos. Os conselheiros já não ganham nada para ir, já colocam sua pessoa  
1351 física como pessoa jurídica para responder juridicamente. É importante, mas tem que haver essas  
1352 condições de trabalho, inclusive melhorar a estrutura da secretaria do conselho. Nós reformulando o  
1353 regimento interno que está falho e muito vago dando função para o vice-presidente porque ele não  
1354 pode só substituir o presidente na sua ausência, ele tem que ajudar a secretária administrativa. São  
1355 tanta tarefas lá dentro que a secretária executiva não agüenta, nós temos que melhorar o regimento  
1356 interno urgente. **(Carlos Alberto Eilert)** – Do conselheiro Antônio ainda tem a última fala.  
1357 **(Conselheiro Antônio)** – Vou ser breve até por causa do horário, gostaria de dizer a conselheira  
1358 Leila Boabaid, eu acredito que se alguém pensa é muito pouco sobre esse negócio de nepotismo entre  
1359 vocês duas por causa da sua irmã estar aqui. Isso deve ser algum mal entendido eu até não entendo o  
1360 que a corregedoria geral tem a ver com isso porque se a secretária Ana entrou aqui por eleição e acho  
1361 que já está explicado, teve duas pessoas e ela ganhou no voto. Então não nada a ver nepotismo nisso  
1362 aí. É um mal entendido, de certa forma um equívoco as pessoas imaginarem isso aí. Se a Ana tem  
1363 alguma coisa a melhorar, deve ter, quem é que não tem, eu acho que deve melhorar. Agora na outra

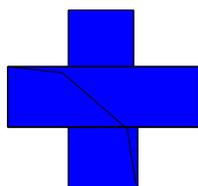




**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1364 parte eu sou favorável igual o Dr. Ângelo disse se caso ela vier mesmo a sair, automaticamente o  
1365 segundo colocado já fica no lugar pro conselho não ficar emperrado. Mas eu acredito Ana que você  
1366 deve se adequar melhor, se ater mais às situações, se alguém tá reclamando que está faltando você  
1367 deve continuar e tocar o barco para frente entendeu. Eu penso assim, esse é o meu ponto de vista.  
1368 Obrigado. (**Carlos Alberto Eilert**) – Muito bem, Ana quer concluir. Você gostaria de concluir mais  
1369 alguma coisa? Então tá bom, vamos lá. (**Ana Maria Boabaid**) – Bom, gente eu costumo dizer que o  
1370 SUS é a minha praia, que eu venho antes do SUS porque eu já estou com cinquenta e três anos e feliz  
1371 e por esse motivo João, por não querer ser infeliz que a gente procura os melhores espaços. Eu entrei  
1372 no conselho com todas as boas intenções de colaborar, fazendo poesia e se Deus quiser eu quero sair  
1373 fazendo poesia com flores. Bom, quanto aos indicadores eu acho que tem que existir gente indicador  
1374 da ouvidoria, indicador do conselho social. Quando o Edvande coloca na fala dele que tem alguma  
1375 falha que nem é da comissão, é da comissão sim conselheiro, porque a comissão encaminha e o que  
1376 ela solicita a gente corre para executar. O que acontece é que tem três anos que não foram feitos os  
1377 indicadores desse monitoramento, é válido o que é feito, é sim, eu participei, é válido sim, só que tem  
1378 valor histórico, de indicador para nortear não existe. Eu tenho até colocado como a ouvidoria  
1379 apresenta todos no mesmo pleno para se ter um indicador de monitoramento, teria que ter esse  
1380 indicador mensal também. Viaja três semanas e uma semana para, tabula e apresenta no pleno. Aí  
1381 sim seria um indicador senão fica pré Historia do SUS . João colocou a questão da resolução, não foi  
1382 Dr. Ângelo, a resolução quando é o caso de conselheiro assumir ainda é um ato do governo. Agora as  
1383 resoluções tem que ser repensadas mesmo Dr. Ângelo, porque nós tivemos o caso recente do  
1384 conselheiro Ambrósio que não foi publicada a deliberação do pleno e não tem força de lei, então  
1385 numa hora dessa o conselho deliberou mas não tem um documento. Então eu acho que a resolução  
1386 por mais que ela seja cara, ela não vai pesar tanto e aquelas todas João que foram apresentadas aqui  
1387 já foram passadas pro Diário Oficial estão todas publicisada. Outra coisa a conselheira perguntou se  
1388 era uma questão pessoal, eu estou passando por uma situação, o pleno do conselho, eu já participei do  
1389 lado onde vocês estão, tem os conflitos, mas é um conflito diferente. Eu assumi uma secretaria  
1390 executiva e quando se assume um cargo desse, você pensa que vai fazer uma gestão e eu não tive  
1391 uma gestão. A gente vai levando a coisa, quando eu cheguei eu vi que lá precisava normatizar,  
1392 sistematizar, nós temos que ir normatizando a secretaria executiva, você vai fazer a normatização, a  
1393 sistematização com as comissões que chegam ao pleno, a Secretaria Estadual vai criando as normas e  
1394 a sistematização de tudo e com isso é muito difícil, então tem conselheiro que fala “eu mando”, outro  
1395 fala “eu peço”, outro fala “por favor” tem vários tipos de comportamentos. E com isso também eu  
1396 cheguei a conclusão que a secretaria executiva não é só uma, a secretaria executiva é partida, tem  
1397 muitas ações da secretaria executiva que hoje é deliberada na ouvidoria, então quando se fala em  
1398 dinheiro eu fico muito preocupada, eu estou deliberando com uma equipe, tem outra equipe ali que  
1399 delibera, então não está sob minha autonomia. Eu fiz um seletivo para uma coisa que não acontece,  
1400 não é real. Quando por exemplo eu solicitei ao presidente um digitador para tabular, até Jaqueline  
1401 falou “Ana tá tão antiga que isso aí nem existe mais”. É que eu sou meio de passado nessas coisas,  
1402 não existe mais essa categoria de digitador. Mas era para trabalhar digitando os dados, como eu não  
1403 consegui, descobri que tinha um monte de computadores, um monte porque eram quatro ou cinco lá  
1404 no conselho aí colocamos à disposição dos conselheiros, eles viajam e na volta só falta tabular e com  
1405 isso eu consegui que a conselheira que assumiu aqui Márcia do NEON epistemologista colega da  
1406 gente, nós ficamos felizes porque nós estamos tabulando esses dados, esses três anos e mais agora.  
1407 Então a gente pensava em realmente organizar porque o conselho, quando hoje vocês estão  
1408 recebendo um documento, uma solicitação de documentos organizacionais de instituições é porque as  
1409 pastas são vazias e hoje a gente sabe que para você ter uma instituição você tem que ter o alvará da  
1410 instituição, você tem que ter estatuto legalizado, tem que ter CNPJ e não é o que acontece no

30



**SUS**

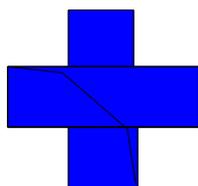
Sistema  
Único  
de Saúde

**Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342**  
**CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

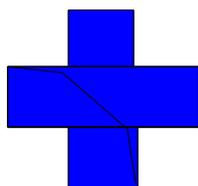
1411 conselho. Então eu acho que vocês poderiam como conselheiros, vocês são responsáveis, quando eu  
1412 to dentro do espaço e falam do espaço eu tenho que defender como ele é, eu acho que vocês deveriam  
1413 tomar mais conhecimento do conselho, como é que é este conselho. Então eu fico muito grata na fala  
1414 de Leila, Clélia, da conselheira Aparecida, mas é muito difícil a gente trabalhar onde você faz que é e  
1415 não é sabe é uma coisa difícil, é difícil você não ter autonomia, que gestão que é essa? Aí eu falo  
1416 gente eu to aqui brigando, eu brigo com a área técnica, porque a área técnica viaja, e aí eu fico com  
1417 os outros funcionários que não viajam e sobrecarrega. Aí vem os conselheiros e falam que tem que  
1418 viajar e quem delibera, olha o meu conflito, eu acho que não deve ir, mas eu que assino. Entendeu,  
1419 olha minha cabeça fica assim “Figueiredo”. Então eu fico muito conflitante, mudança de  
1420 comportamento, e já passei por muitas mudanças de comportamento, é difícil, é conflitante, mas  
1421 quando você tem apoio... Nós temos um presidente, eu já falei na presença dele, que ele é ausente.  
1422 Nosso vice-presidente esse mês até que está presente, mas também não é presente . Então tem coisas  
1423 assim como João Dourado falou um dia para mim “Tem que apresentar primeiro no pleno”. As  
1424 comissões falam “Tem que apresentar primeiro nas comissões”. E eu fico igual uma barata tonta,  
1425 sabe. Então é um lugar de conflito que você não tem gestão. Eu coloco para esse pleno que tem que  
1426 realmente fazer uma oficina para regularizar a normatização, olha isso aqui é o maior espaço  
1427 conquistado pelo povo brasileiro, então nós temos que realmente organizar esse espaço. (**Carlos**  
1428 **Alberto Eilert**) – Ok, a Edna quer fazer uma fala. (**Dr. Ângelo**) - Ana eu acho que esse seu  
1429 depoimento é fundamental. Mas eu acho que tem que ser por escrito, porque as palavras faladas  
1430 voam. Então você coloca todos os defeitos, os fatos negativos que ocorreram durante a sua gestão,  
1431 você assumiu coisas que não eram da sua responsabilidade, isso é um perigo em administração  
1432 pública porque você que assinou, então quem assina que leva chumbo. Então eu acho que você tem  
1433 que colocar por escrito e mandar para o conselho tá, desculpa aí... (**Carlos Alberto Eilert**) – Edna  
1434 Palla 3 minutos. (**Ouidora Edna**) – Bom. Ana como você esta nesse período transição, você não  
1435 acompanhou toda uma história de conselho, de que hoje esse conselho ele é outro, hoje esse conselho  
1436 ele é amplo as dimensões são imensas o estado todo busca o conselho, a ouvidoria, e ai quando você  
1437 coloca a secretaria, é duas secretarias, porque a ouvidoria tem uma atribuição específica, a secretaria  
1438 executiva também tem sua atribuição específica, até eu comentei com você que era o momento da  
1439 gente discutir realmente essa questão do organograma nosso porque até os nossos DAS foi discutido  
1440 nesse pleno aqui nos tínhamos DAS de R\$ 1.100,00 nós não temos um sub-ouvidor, nós não temos  
1441 uma sub-secretaria na nossa ausência é complicado nós temos uma coordenadoria técnica, o serviço  
1442 cresceu muito precisamos de ter uma coordenadoria técnica e eu acho assim essa questão acho que  
1443 ela tem que ser votada neste pleno, porque foi neste pleno que foi discutido de seria arrumado isso  
1444 daí, que fosse discutido porque hoje a secretaria executiva ela tem 16 comissões atuantes e essas 16  
1445 comissões atuantes estão com todos o processo em grande parte, atuante em fase de tramitação  
1446 porque não conclui, porque não esta em fase encaminhamento não é sua culpa não é minha culpa  
1447 nem das comissões. Realmente a gente hoje esta tendo a recomposição hoje já estamos em novembro  
1448 só falta um mês pra fechar o ano e não é as culpa nem a minha e nos temos que apresentar os  
1449 indicadores realmente é o trabalho agora em relação a recursos. Os recursos eles estão ai, eu acho que  
1450 a gente pode trazer num outro momento a questão do esclarecimento nos recursos, não sei o que que  
1451 você queria dizer em relação aos recursos. Se em relação a portaria 3060 ou se em relação ao PTM  
1452 do plano plurianual a gente pode fazer esse trabalho e trazer aqui. (**Ana Maria Boabaid**) - Edna eu  
1453 não estou me referindo a pessoa você, eu me refiro quando eu assumo uma secretaria executiva e que  
1454 eu tenho no meu setor alguém que aciona a SIPLAN e que não sei quem é, outro que aciona o GDP  
1455 que eu não sei quem é, paralelamente na ouvidoria com o mesmo recurso que eu tenho e respondo  
1456 por ele tem outra pessoa também fazendo o mesmo serviço, tem outro técnico fazendo SIPLAN, tem  
1457 um outro técnico fazendo a deliberação de passagens e outra de diárias. Então eu não estou





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

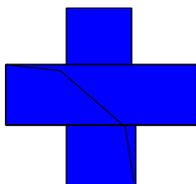
1458 condenando ninguém, eu estou falando minha preocupação, quanto gestão. Eu não estou avaliando eu  
1459 to colocando... **(Carlos Alberto Eilert)** – Eu acho que nós vamos ter que fazer outra reunião,  
1460 desculpa pra gente poder acertar essas coisas que não é esse o momento, até porque nós temos alguns  
1461 assuntos para encaminhar. Então meu encaminhamento é o seguinte, nós vamos fazer uma reunião,  
1462 vamos ver se o pleno concorda, nós vamos fazer uma reunião com as duas ouvidorias não é isso?!  
1463 Neste momento seria o caso da secretaria executiva ok, estarmos para podermos discutir a secretaria  
1464 executiva com as 2 ouvidorias, e aí podemos acertar toda essa parte administrativa. **(Leila Boabaid)** -  
1465 Eu gostaria de acrescentar a sua proposta de encaminhamento Carlinhos que a gente esteja pensando  
1466 assim, trazendo para este pleno uma normatização da secretaria executiva. Porque pelo que a gente  
1467 observou aí o que tá faltando é organização através de, e normatizar tudo isso fluxo, fluxograma,  
1468 como é que funciona, é a quem, como é que uma comissão atua, até que ponto ela delibera, a gente  
1469 tem que normatizar tudo isso gente, ninguém faz as coisas assim solto. **(Carlos Alberto Eilert)** –  
1470 Ok, bom. Estamos encaminhando Dr. Ângelo aí nessa história nós vamos. **(Dr. Ângelo)** - Não, isso  
1471 uma questão de ordem, só um questão de ordem. **(Carlos Alberto Eilert)** – Por que se não eu não  
1472 consigo... então tá. **(Dr. Ângelo)** - Porque ela fez uma proposta que é cabível, então eu acho que tem  
1473 que trazer para o conselho já alguma coisa já esboçada, e assim sendo teria que ser feito então uma  
1474 comissão, pra essa comissão estudar junto com a ouvidoria e com a secretaria executiva uma  
1475 proposta, porque na verdade quem tem as vivências são eles, são elas que tem a vivência. Então acho  
1476 que é importante isso porque se não vai trazer aqui e discutir o que?! Ficar discutindo, discutindo  
1477 não... já traz alguma coisa ... **(Carlos Alberto Eilert)** – Dr. Ângelo acredito que essa parte está  
1478 ligada a comissão de recursos humanos, esse é um ponto, que já está instituída então vamos cobrar da  
1479 comissão de recursos humanos, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto em relação ao que a  
1480 Edna colocou aqui de trabalhadores aí eu vou fazer depois uma pergunta, nós vimos aqui o Fábio  
1481 colocando quantos precisam, eu quero saber o seguinte a ouvidoria chamou, tá criando um cargo de  
1482 fiscal tá criando mais cargos lá na ouvidoria?! Será que também o sindicato está correndo atrás  
1483 disso?! Então essa é uma perguntinha boa. É isso que eu quero saber se está correndo bom. Efetivo.  
1484 Ah tá bom, então tá. Bom mas vamos lá que nós precisamos deliberar, agora nós vamos discutir isso.  
1485 A comissão de recursos humanos deverá apresentar junto com a ouvidoria e a secretaria geral  
1486 apresentar. **(Conselheira Jucélia)** - Heim, Carlos eu acho que você não dá pra misturar a discussão  
1487 que tá tendo entre a ouvidoria do conselho e a ouvidoria setorial é uma outra situação, a gente tem  
1488 que ... Isso então, é isso que eu estou falando pra ele. **(Carlos Alberto Eilert)** – Não mas, pela  
1489 proposta do Dr. Ângelo é que seja feita uma comissão entre a secretaria executiva e a ouvidoria, eu  
1490 até acatei tirei a ouvidoria setorial do negócio. A proposta é a comissão de recursos humanos reunir-  
1491 se com a secretaria executiva e a ouvidoria para já começar a traçar as normatizações as  
1492 responsabilidades, junto com a nossa realidade, de pronto atendimento com a nossa secretaria.  
1493 Ampliada, muito bem. Então vamos ampliar a comissão. Muito bem comissão ampliada. Está aberta  
1494 as inscrições para comissão ampliada para a normatização da secretaria executiva. **(Conselheira**  
1495 **Jucélia)** - Gente, mas não tem um regimento interno que fala as competências da secretaria  
1496 executiva, são outras questões que estão aí. **(Dr. Ângelo)** - Senhor Presidente questão de ordem.  
1497 **(Carlos Alberto Eilert)** – Pra mim uma reunião entre as duas: secretaria executiva e ouvidoria, não  
1498 estamos fazendo o encontro entre duas ouvidorias? Pra tentar acertar as coisas a secretaria executiva  
1499 junto com a ouvidoria deveria se reunir. **(Conselheira Maria Aparecida Amorim)** - Carlos? Só uma  
1500 questão de ordem, eu acho que tem duas coisas aí que estão em pauta e acho que a gente não deve  
1501 nesse momento é... Criar uma situação, eu acho que a gente deve deixar as coisas como estão. O que  
1502 me parece, estou falando uma questão de ordem, mas eu tenho que explicitar que ficou evidenciado  
1503 que existe uma situação interna, precisa ser sentado e ver isso internamente. Temos a questão das  
1504 ouvidorias que precisamos depois sentar e discutir aqui, na hora de definir todas essas questões a





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

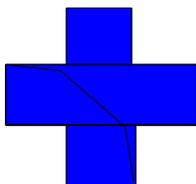
1505 gente também inclui, amplia essa discussão pra uma questão maior, eu penso que a gente tem que ter  
1506 a seriedade de saber que aqui esta sendo, foi apresentado uma questão e foi explicitado que existe  
1507 uma dificuldade interna que nós não vamos resolvê-la agora, que acho que não é momento de criar  
1508 comissão nenhuma, também como comissão de recursos humanos também acho que não tem que ser  
1509 passado pra comissão por que é de uma outra ordem acho que a gente ouviu e o momento é só pra  
1510 ouvir a gente tem que depois resolver essa situação. **(Carlos Alberto Eilert)** – Então acabou a fala  
1511 Por uma questão de ordem, sem divagação. Questão de ordem do Edvande. **(Conselheiro Edvande)** -  
1512 Só quero reforçar que a conselheira disse a função da secretaria executiva e ouvidoria ta normatizada  
1513 no regimento interno ou nós seguimos o regimento interno ou nós rasgamos o regimento interno, mas  
1514 que esta normatizado lá. **(Carlos Alberto Eilert)** – Esta acatada a questão de ordem. Acabou. **(Dr.**  
1515 **Ângelo)** - Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhor Presidente uma questão de ordem então  
1516 agora. Quando se define o problema que, quando se define as competências a ordem do nível  
1517 operacional é outra história. Se esta entendendo? Então eu acho o seguinte, não quero contrapor a  
1518 nossa conselheira Aparecida, mas eu acho o seguinte, o problema foi que trouxe aqui a nível de  
1519 plenário, o problema tai, ou vamos deixá-lo pra depois que é a proposta dela ou então o conselho  
1520 cria-se uma comissão para resolver esse problema crônico. Isso ai não é de agora, tá certo. **(Carlos**  
1521 **Alberto Eilert)** – Muito bem, ok, estou acatando o encaminhamento do Dr. Ângelo ou nós deixamos  
1522 para o futuro ou se for aqui aprovado agora será criada uma comissão especial como o senhor acabou  
1523 de colocar aqui, ok?!. Muito Bem, então muito bem. Os conselheiros que concordam que nós  
1524 devemos deixar para o futuro por favor se manifestem levantando o braço, para o futuro, pra depois,  
1525 tem como sim porque nós iniciamos com 16 o coro é com 50% mais 1, tem como. A segunda votação  
1526 iniciou-se com 16 conselheiros, é o que esta regimentado, já consultamos o regimento aqui, então  
1527 muito bem. Os conselheiros que acreditam que nós temos que formar a comissão aqui hoje para que  
1528 nós possamos discutir essas diferenças e acertá-las por favor se manifestem levantando o braço 6.  
1529 Seis. Abstenções? Duas. Então pronto, venceu a proposta que nós tenhamos que criar aqui a  
1530 comissão para que nós possamos realmente acertar as arestas, muito bem. Estão abertas as inscrições  
1531 para a comissão rapidinho. Clélia, já se inscreveu. Leila. Antonio. Ângelo. Três, que a comissão vai  
1532 ouvir. **(Conselheira Aparecida Amorim)** - São cinco. **(Carlos Alberto Eilert)** – Rapidinho numa  
1533 reunião de duas, quatro horas se resolve. Ângelo, quem mais? Ok? Alzita. Muito bem. Acredito que  
1534 para a próxima reunião do conselho nós poderemos ter o encaminhamento já. Trinta dias está bom?  
1535 Trinta dias gente não está bom? Na próxima reunião do conselho, ok?! Ah! Por causa da plenária, ah  
1536 ta bom tem a plenária desculpa, desculpa, desculpa, ai ficaria pra fevereiro do ano que vem quando  
1537 voltasse das férias. Para 1ª reunião de fevereiro de 2010. Já está quase mudando os conselheiros ai,  
1538 pessoal vamos lá gente é 30 dias ou como é que é, não dá?! Bom não sei a comissão vai deliberar e  
1539 ver o que vai ter que fazer, não vai ter prazo, vou deixar aberto o prazo, na próxima ordinária, muito  
1540 bem. Pessoal na próxima ordinária, **(Conselheiro Antonio Cordeiro)** - Não dá por causa da  
1541 comissão especial de conselheiros que vai ter agora, não adianta pensar que vai fazer uma coisa  
1542 pensando que vai dar, e que não vai dar. São quase quatro dias, de quatro a cinco dias **(Carlos**  
1543 **Alberto Eilert)** – bom já esta aprovada ai no próximo conselho, se num der pede prorrogação de  
1544 prazo. Pessoal o seguinte tem aqui a mesa da secretaria executiva, da diretora geral da escola de  
1545 saúde publica. **(Carlos Alberto Eilert)** – A comissão de seleção de docentes e monitores, que será  
1546 constituída por portaria do gabinete da secretária estadual de saúde, para atender o edital referente  
1547 aos cursos de educação permanente, para conselheiros de saúde, ouvidoria e secretária executiva.  
1548 Quem for entrar sabe que não vai participar , quem for entrar na comissão sabe que não vai poder  
1549 ministrar, não vai participar do processo seletivo , eu acho meio difícil ter candidato, mas tudo bem,  
1550 esta aberto. Pelo menos os titulares se aqui aparecer, nós vamos deixar aberto ninguém se candidata  
1551 vai ter que trazer para o próximo turno... **(Conselheira Maria Aparecida Amorim)** – É Carlinhos,





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1552 Carlinhos... (**Carlos Alberto Eilert**) – Diga. (**Maria Aparecida Amorim**) - Por favor, Marivanda e  
1553 eu... Marivanda e eu temos uma questão a ser colocada em relação a comissão de seleção de docentes  
1554 e monitores tá, que é o seguinte nós achamos que não tem que ser seleção de docentes e monitores a  
1555 gente tem que mudar essa questão aqui, se não vai dar problema novamente a gente tem que  
1556 selecionar conselheiros para ministrar o curso, porque se não a gente vai novamente ir por um  
1557 equivoco, então acho que a gente tem que rever isso, ta. Eu acho que... (**Carlos Alberto Eilert**) –  
1558 Não, eu estou entendendo o que a Maria Aparecida está colocando ela está dizendo o seguinte que  
1559 tem que selecionar conselheiro docentes conselheiros que quando ele trata de docente é porque tem  
1560 um nível de graduação e conselheiros de nível médio que são os monitores que ta escrito aqui.  
1561 (**Conselheira Maria Aparecida Amorim**) - Eu acho que a gente ta criando novamente o mesmo  
1562 equivoco que a gente fez na primeira seleção. Iai se a gente não rever isso a gente vai continuar com  
1563 esse equivoco, já acabou o ano! Já acabou o ano! A comissão de capacitação tem que rever essa  
1564 questão com a escola. A escola é apenas executora de um processo. (**Carlos Alberto Eilert**) –  
1565 muito bem eu vou encaminhar, (**Conselheira Maria Aparecida Amorim**) - Mas se a gente continuar  
1566 com esse equívoco... (**Carlos Alberto Eilert**) – Cida, Maria Aparecida vou encaminhar , vou  
1567 encaminhar. (**Leila Boabaide**) - Carlinhos questão de ordem, eu gostaria de ouvir a manifestação  
1568 jurídica da nossa assessora. (**Assessora Jurídica Rosane**) - Conselheira, conselheira foi discutido  
1569 isso na comissão e acha também que tem professores que tem competência pra poder dar esse curso,  
1570 ministrar esse curso. (**Conselheira Maria aparecida Amorim**) - Nós não estamos falando de  
1571 competência, nós estamos falando de uma legislação que diz: é prerrogativa da educação permanente  
1572 de conselheiros uma função exclusiva de conselheiros está na legislação. Assessora: Neste caso está  
1573 se tratando de conselheiros, ouvidores, secretaria executiva. Conselheira: Eu acho que a gente também  
1574 tem que pensar bem essa questão. (**Assessora Jurídica Rosane**) - Ai conselheira, conselheira no  
1575 edital, va... não, nós já fizemos o conselho já, a comissão já estudou isso e um dos pontos é ter essa  
1576 experiência, um dos pontos a pontuação... (**Conselheira Maria aparecida Amorim**) - Experiência  
1577 em ser conselheiro ou experiência em ser docente?. (**Assessora Jurídica Rosane**) - Conselheiro.  
1578 (**Carlos Alberto Eilert**) – Não, vou ler o que está no edital o edital está aqui na minha frente curso  
1579 de extensão educação permanente para conselheiros de saúde e agentes sociais, não entendi porque  
1580 agentes sociais, bom, curso de extensão, educação permanente para ouvidores municipais de saúde,  
1581 secretários executivos de conselhos, informações para o curso de extensão docente- profissional de  
1582 nível superior, com experiência em conselho área de conhecimento, em conselhos de saúde e/ou  
1583 movimentos sociais, então retiro os movimentos sociais. Monitor- profissional de nível básico ou  
1584 médio com experiência em conselhos de saúde e/ou movimentos sociais, bom vamos embora. Esse é  
1585 para os conselheiros e agentes de saúde. Agora para os ouvidores e secretários executivos e secretária  
1586 executiva. Docente- profissional de nível superior, com experiência em ouvidoria, certo, pera, calma,  
1587 geral do SUS, no âmbito do controle social e/ou secretaria de conselho de saúde. Monitor-  
1588 profissional de nível básico e médio com experiência em ouvidoria geral do SUS, no âmbito do  
1589 controle social, posso ser sincero, isso aqui é inconstitucional, restringiu, só a Edna vai dar o curso?  
1590 Na ouvidoria, não é só a Edna, não é uai é só a Edna. (**Conselheira Maria Aparecida Amorim**) -  
1591 Pelo que esta escrito ai Edna de novo a gente vai ter um equivoco. (**Carlos Alberto Eilert**) – É sim  
1592 com certeza, já participei de concurso. Olha só não, não, não. É o modelo que ta aqui. (**Dr. Angelo**) -  
1593 Carlinhos, Carlinhos, ele não especifica nenhuma categoria profissional. Ele só especifica nível  
1594 superior. Então ta escancarado. (**Carlos Alberto Eilert**) – Dr. Ângelo, Dr. Ângelo, eu, eu, ta não, eu  
1595 nunca atuei na ouvidoria do SUS, mas sou conselheiro estadual pelo que esta aqui não, profissional  
1596 de nível superior com experiência em ouvidoria geral. Não, a bom então tem que mudar o termo. Eu  
1597 nunca estive na ouvidoria gente. (**Dr. Ângelo**) Num é e/ou? (**Carlos Alberto Eilert**) – Não sou eu  
1598 que estou escrevendo. (**Dr. Angelo**) - Hein é e/ou? (**Carlos Alberto Eilert**) – Não, e/ou é controle

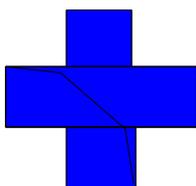




**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1599 social, aqui ó e/ou secretaria de conselho de saúde, secretária eu nunca fui secretário, então pronto eu  
1600 não posso me inscrever , desculpe eu não posso. Agora olha só o que está escrito aqui, ai diz assim,  
1601 quais são os critérios para selecionar as pessoas: comprovante de experiência em conselho de saúde  
1602 ou em movimento social, desculpe gente, movimento social não pode, ta na nossa política mas  
1603 acabou de falar que quem capacita é conselheiro. (**Conselheira Maria Aparecida Amorim**) - A  
1604 política é conselheiros e agentes sociais para capacitação, mas os capacitadores são exclusivamente  
1605 conselheiros João. Por favor vai ler lá o que ta escrito. (**Carlos Alberto Eilert**) – Está na resolução  
1606 não vão mexer no treco. Esse é o edital que já vai publicar pra selecionar agora em novembro,  
1607 entrega de documento e não sei que lá e tal. Eu acho que. Que ver o data. (**Conselheiro João Luiz**  
1608 **Dourado**) - Oh presidente, presidente. (**Carlos Alberto Eilert**) – Senhor, pode falar...  
1609 ...(**Conselheiro João Luiz Dourado**) - Só uma questão de ordem o que esta em discussão aqui no  
1610 5.4, não é o teor do edital complementar que já foi uma discussão que foi feita em reunião  
1611 extraordinária, foi encaminhada para a comissão ta dentro da assessoria jurídica da secretaria para  
1612 fazer análise jurídica para ir para publicação, já passou , o que ta em discussão no 5.4 aqui, é da  
1613 indicação de dois titulares de suplente pra comissão de seleção da escola, a escola tem que ter uma  
1614 comissão de seleção dos possíveis candidatos à capacitação, então o que tá aqui então é se o conselho  
1615 vai realmente indicar e quem são os indicados pra compor a comissão de seleção da escola tá.  
1616 (**Carlos Alberto Eilert**) – Sim, muito bem a conselheira Marivanda. (**Conselheira Marivanda**) – É  
1617 eu me preocupo sabe João, conselheiro João, quando nós começamos a investir em capacitação dessa  
1618 forma fechada e dessa forma tão formal pra se capacitar pessoas do interior eu tenho participado de  
1619 monitoramento e avaliação de interior e é uma angustia você ver conselheiros que foram empossados  
1620 enquanto conselheiros no interior que não sabem legislação, que não sabem nem como funcionam um  
1621 conselho nem como se monta um regimento nem nada é angustiante e essas pessoas elas não são  
1622 fixas, elas são em movimento ficam um tempo saem, entra outro grupo saem, você imagina quantas  
1623 capacitações não vão ter que fazer ao longo do tempo, nós vamos ter que pontuar capacitações ano a  
1624 ano, ela vai ter que ser permanente mas eu vejo o seguinte é um gasto que nós vamos ter é um tempo  
1625 que a gente perde e é uma necessidade emergente lá fora em todos os municípios que eu tenho  
1626 passado de que eles precisam de alguém que oriente, que fale, que converse, que de subsídios pra eles  
1627 pra que eles possam atuar como conselheiros, eu acho que além de pensar nisso nós temos que pensar  
1628 no que e em que informação eu vou dar nessa capacitação eu me preocupo com isso porque quando  
1629 se faz um monitoramento eu a partir daí eu tenho um diagnóstico das situações desses conselhos no  
1630 interior e é preocupante eu me preocupo porque a gente fica aqui nessa coisa monta comissão é  
1631 delibera o edital até que sai o edital, até que faz o curso até que seleciona até que capacita, até que  
1632 monta um quadro para capacitação eu enquanto conselheira se eu for fazer monitoramento eu já  
1633 posso tá fazendo essa capacitação com os conselheiros lá no interior gente eu mesma to fazendo essa  
1634 capacitação eu mesma to passando esse conhecimento ou será que eu não posso fazer isso tenho que  
1635 ter um certificado pra isso ou um edital pra que eu possa fazer isso a gente tem que pensar tanto  
1636 tempo que a gente gasta com monitoramento a não sei mais o que fazer aqui faz uma capacitação  
1637 incluia no monitoramento uma capacitação de 6 horas 12 horas nós estamos lá pra isso eu acho que  
1638 nós temos que é otimizar esse monitoramento, eu estou indo lá pra que, monitorar mas monitorar  
1639 acresce mais esse conhecimento que eu quero levar para os conselheiros que estão no interior porque  
1640 é angustiante você ver o conselheiro em situações que eles não conhecem não sabem nem montar não  
1641 tem nem regimento mas como é que eu faço isso , senta lá com ele explica como que ele pode fazer,  
1642 leva o modelo leva a lei leva as coisas senta com ele e faz já é uma capacitação gente, nós ficamos  
1643 inventando umas coisas que não tem cabimento, me desculpe mas eu me sinto angustiada e eu tenho  
1644 que falar, obrigada. (**Carlos Alberto Eilert**) – Ok, muito bem. (**Conselheiro João Dourado**) - Em só  
1645 para fazer uma citação, eu concordo plenamente contigo conselheira, realmente esta ansiedade ela é

35



**SUS**

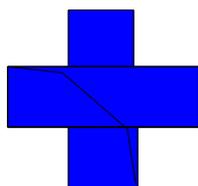
Sistema  
Único  
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342  
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1646 gritante agora precisamos fazer um histórico de que quando veio o recurso da trinta sessenta ela foi  
1647 pra escola, a escola ficou responsável pra fazer o processo a gestora dessa capacitação certo que  
1648 acontece a escola entrou dentro de um processo formal e legal de que tem que fazer o processo  
1649 seletivo fazer o processo seletivo, primeiro o processo seletivo tem que ser interno e depois externo ai  
1650 que a comissão tentou pra que não fosse um processo seletivo só de trabalhadores da instituição que  
1651 nós colocamos alguns critérios de seleção que é conhecimentos de conselhos de movimentos sociais  
1652 pra que pudéssemos ter outros agentes sociais também fazendo parte desse processo de capacitação,  
1653 mas o que diz a lei primeiro tenho que fazer o processo interno de profissionais da saúde que tenham  
1654 conhecimento de conselho e depois que vai o externo esse edital que tá saindo aqui que vai ser  
1655 publicado é o interno o externo por exemplo o João Dourado não vai poder se candidatar nesse edital  
1656 porque eu não sou trabalhador da saúde eu vou ter que esperar ver se vai sobrar vaga pra depois eu  
1657 concorrer ao externo e isso ta na legislação como é a escola que vai ser é a executora da política da  
1658 capacitação da portaria 3060 ela tem que entrar dentro do critério da legalidade. Essa que é a questão  
1659 e dentro do interno o que a comissão fez pra que não fosse por exemplo se você não é conselheira  
1660 mas você é trabalhadora da saúde pra você se candidatar ou você tem que estar ou militante do  
1661 conselho ou foi militante do conselho ou mexeu em movimentos sociais se não você não pode ser  
1662 candidato a menos sendo trabalhador interno ta entendendo esse é o interno o que ta em discussão  
1663 aqui no 5.4 é que a escola precisa ter uma comissão de seleção. **(Conselheiro Maria Aparecida**  
1664 **Amorim)** - Deixa eu fazer uma questão de encaminhamento pelo adiantado da hora pelo escasso  
1665 numero de conselheiros nós poderíamos consultar os conselheiros é... pra essa indicação via email ou  
1666 via telefonema, não tem como tirar daqui João. **(Carlos Alberto Eilert)** – Não. eu acho o seguinte  
1667 nós temos quórum, podemos prorrogar por mais 30 minutos **(Conselheira Maria Aparecida**  
1668 **Amorim)** - Olha eu não vou, porque eu tenho interesse em ser selecionada, Marivanda também não,  
1669 João também não. **(João Dourado)** - Sr. Presidente, só questão de ordem em relação ao quórum, o  
1670 quórum é valido por exemplo se nós iniciamos com 20 conselheiros nós temos que permanecer com  
1671 11, nós iniciamos com mais de 16 conselheiros aqui então a consulta tem que ser com a lista de  
1672 presença, porque o quórum tem que ser 50% mais 1dos que assinaram a lista de presença que eu acho  
1673 que não temos quórum. **(Carlos Alberto Eilert)** – Então pronto, então não temos quórum eu vou  
1674 encerrar a sessão não fica deliberada a representação não vai ter conselheiro lá e pronto está  
1675 encerrada. **(Maria Aparecida Amorim)** - Carlinhos eu estou fazendo o encaminhamento Carlinhos:  
1676 Não tem como encaminhar gente, porque não tem quórum como é que nós vamos deliberar um  
1677 encaminhamento que eu vou mandar por e-mail para alguém se manifestar nós não podemos fazer  
1678 isso, nós temos que indicar, aqui diz assim indicar você acabou de colocar Cida, indicar tem que ser  
1679 votado. **(Maria Aparecida Amorim)** - Não, indicar é consulta, não votação é outra história Carlos,  
1680 você vai me desculpar, mas você esta equivocado, você pode consultar as pessoas nós temos aberto  
1681 uma comissão você consulta as pessoas pra agilizar não tem quórum Carlinhos: Não, da licença,  
1682 então olha aqui vou ler o que ta escrito no ofício indique dois conselheiros, que este conselho  
1683 indique, então não vai ser dessa minha presença que vai indicar, na extraordinária pronto, leva para a  
1684 extraordinária, tá aqui ó indique. **(Maria Aparecida Amorim)** - Antecipa a questão, faça consulta,  
1685 chega na extraordinária só com os nomes, agilize, agilize, temos que ser proativo.Carlinhos:  
1686 Desculpe gente, daqui uns dias daqui uns dias...então vamos fazer o seguinte vamos fazer a reunião  
1687 do conselho estadual de saúde pela internet pelo email ai ninguém vai mais ter problemas, comissões  
1688 vão se reunir acabou gente, eu estou encaminhando vocês querem que eu encaminhe eu encaminho  
1689 sem a concordância dessa presidência porque nós não temos quórum suficiente para registrar.  
1690 **(Conselheira Maria Aparecida Amorim)** - Carlinhos eu estou pedindo que seja feita uma consulta  
1691 as pessoas. **(Carlos Alberto Eilert)** - Estou encaminhando para reunião extraordinária do dia 12.  
1692 Maria Aparecida: Ok. **(Carlos Alberto Eilert)** – Ouvidoria e eu tenho a resolução, não pode gente,





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1693 tá aqui... Se for meio eletrônico vamos fechar o meio eletrônico pra todo mundo, a ouvidoria vai ser o  
1694 primeiro ponto de pauta da próxima reunião ordinária. A presente ata foi aprovada pelo Pleno e  
1695 segue assinada pelo **Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Augustinho Moro** e pelos demais  
1696 Conselheiros presentes: **Paulo Roberto Araujo (Poder Executivo); Leila Maria Boabaid Levi**  
1697 **(SES); Ingrid Botelho Saldanha Handell (SES); Solange Fátima Cruz (SEMA); Lanameire**  
1698 **Figueiredo Barros (Mato Grosso Saúde); Ângelo Falcão de Figueiredo (UFMT); Jader Luiz**  
1699 **Borges Correa (COSEMS); Mazena Salah El Din Farah (Fed. Misericórdia Hosp. Ent.**  
1700 **Filantropicas); Leandro Jubileu Zitelli (SINDESSMAT); Alzita Leão Ormond Oliveira**  
1701 **(SISMA); Maria Aparecida de Amorim Fernandes (CRP); Marivanda Inês Pereira Eilert**  
1702 **(CRMV); Carlos Alberto Eilert (CREF); Jucelia Clara Nunes de Souza (CRESS); João Luiz**  
1703 **Dourado (CUT); Lilia Alves Ferreira (Fórum DCA); Lilia Suely Alves dos Santos (AMDE);**  
1704 **Antonio Cordeiro Sobral (Assoc. de Pessoas Portadoras de Doenças Renais Crônicas); Clelia**  
1705 **Araujo Brito (NEOM); Antonia Lucia Ribeiro (FEMAB); Pinto de França (GRUCON).**

